

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	14
Demonstração do Valor Adicionado	15

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa	24

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	26
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	27
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	28
Demonstração do Valor Adicionado	29

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	56
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	124
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	126
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127

## Índice

---

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

128

---

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
<b>Ordinárias</b>	168.820
<b>Preferenciais</b>	337.417
<b>Total</b>	506.237
<b>Em Tesouraria</b>	
<b>Ordinárias</b>	211
<b>Preferenciais</b>	185
<b>Total</b>	396

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Dividendo	26/04/2010	Ordinária		1,48267
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Dividendo	26/04/2010	Preferencial		1,63094
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Dividendo	13/12/2010	Ordinária		0,83705
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Dividendo	13/12/2010	Preferencial		0,92076
Assembléia Geral Ordinária	29/09/2010	Dividendo	13/12/2010	Ordinária		0,36391
Assembléia Geral Ordinária	29/09/2010	Dividendo	13/12/2010	Preferencial		0,40030
Assembléia Geral Ordinária	29/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	13/12/2010	Ordinária		0,61438
Assembléia Geral Ordinária	29/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	13/12/2010	Preferencial		0,67582
Assembléia Geral Ordinária	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,37437
Assembléia Geral Ordinária	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,41181

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	19.600.980	20.304.083	19.839.335
1.01	Ativo Circulante	4.374.823	5.813.982	5.291.638
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.089.089	1.997.713	1.597.606
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	4.257	4.481	12.885
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.084.832	1.993.232	1.584.721
1.01.03	Contas a Receber	2.356.013	2.718.874	2.853.548
1.01.03.01	Clientes	2.356.013	2.718.874	2.853.548
1.01.04	Estoques	35.102	113.566	114.735
1.01.06	Tributos a Recuperar	480.691	579.980	343.710
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	480.691	579.980	343.710
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.623	43.997	34.216
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	373.305	359.852	347.823
1.01.08.03	Outros	373.305	359.852	347.823
1.01.08.03.01	Créditos com pessoas ligadas	208.696	173.625	187.392
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	166	575	80.214
1.01.08.03.03	Outros ativos	164.443	185.652	80.217
1.02	Ativo Não Circulante	15.226.157	14.490.101	14.547.697
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.652.836	2.239.921	2.195.054
1.02.01.06	Tributos Diferidos	501.354	561.759	849.123
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	501.354	561.759	849.123
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	24.647	35.638	31.941
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	33.847	40.868	40.980
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	33.847	40.868	40.980
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.092.988	1.601.656	1.273.010
1.02.01.09.03	Aplicações Capitalizáveis	0	25.000	0
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	320.720	135.790	129.397
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	1.696.417	1.326.951	1.107.171
1.02.01.09.06	Outros ativos não-circulantes	75.851	113.915	36.442
1.02.02	Investimentos	2.370.573	2.575.531	2.418.413

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1.02.02.01	Participações Societárias	2.370.573	2.575.531	2.418.413
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	57.990	55.101	36.313
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.079.128	1.099.646	986.588
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	129.154	132.473	123.055
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.104.301	1.288.311	1.272.457
1.02.03	Imobilizado	9.575.959	8.981.609	9.115.239
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.873.374	8.479.089	8.569.007
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	702.585	502.520	546.232
1.02.04	Intangível	626.789	693.040	818.991
1.02.04.01	Intangíveis	626.789	693.040	818.991
1.02.04.01.02	Carteira de clientes	14.512	21.768	29.024
1.02.04.01.03	Software	607.788	653.005	755.304
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	4.489	18.267	34.663

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	19.600.980	20.304.083	19.839.335
2.01	Passivo Circulante	5.390.640	6.065.705	5.079.824
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	299.877	133.555	163.372
2.01.01.01	Obrigações Sociais	36.921	27.092	26.673
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	262.956	106.463	136.699
2.01.02	Fornecedores	2.494.357	2.138.223	2.030.787
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.494.166	2.137.863	2.030.035
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	191	360	752
2.01.03	Obrigações Fiscais	929.829	856.372	856.657
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	309.133	263.756	217.097
2.01.03.01.02	FUST e FUNTTEL	229.563	185.204	141.633
2.01.03.01.03	Pis e Cofins	72.414	78.357	75.285
2.01.03.01.04	Outros	7.156	195	179
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	613.244	588.198	635.352
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.452	4.418	4.208
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	420.412	1.767.559	470.527
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	420.412	256.753	454.188
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	415.157	251.151	19.283
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.255	5.602	434.905
2.01.04.02	Debêntures	0	1.510.806	16.339
2.01.05	Outras Obrigações	1.005.952	986.711	1.430.030
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.615	117.891	36.231
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	117.615	117.891	36.231
2.01.05.02	Outros	888.337	868.820	1.393.799
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	450.897	495.543	758.561
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	9.502	8.389	15.200
2.01.05.02.05	Outras obrigações	427.938	364.888	620.038
2.01.06	Provisões	240.213	183.285	128.451
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	240.213	183.285	128.451

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	27.514	50.553
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	201.571	155.771	77.898
2.02	Passivo Não Circulante	2.543.226	2.938.076	4.377.281
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.405.314	1.752.402	3.217.352
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.405.314	1.752.402	1.717.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.393.265	1.734.997	1.689.521
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.049	17.405	27.831
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.500.000
2.02.02	Outras Obrigações	274.827	247.687	115.058
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.140	21.795	33.284
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	17.140	21.795	33.284
2.02.02.02	Outros	257.687	225.892	81.774
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	18.542	23.282	22.148
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	26.786	0	0
2.02.02.02.05	Outras obrigações	212.359	202.610	59.626
2.02.04	Provisões	863.085	937.987	1.044.871
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	863.085	937.987	1.044.871
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	92.924	90.656	274.300
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	326.587	375.754	445.843
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	219.000	191.927	148.770
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	224.574	279.650	175.958
2.03	Patrimônio Líquido	11.667.114	11.300.302	10.382.230
2.03.01	Capital Social Realizado	6.575.480	6.575.480	6.575.480
2.03.02	Reservas de Capital	2.733.562	2.733.562	2.733.562
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.751.281	2.751.281	2.751.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-17.719	-17.719	-17.719
2.03.04	Reservas de Lucros	2.353.655	1.911.202	1.054.665
2.03.04.01	Reserva Legal	659.556	659.556	659.556
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.694.099	1.251.646	395.109

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-8.759	-58.571
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.417	88.817	77.094

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.581.961	14.317.360	14.817.361
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.874.737	-8.221.114	-8.139.893
3.03	Resultado Bruto	6.707.224	6.096.246	6.677.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.123.951	-2.736.361	-3.021.475
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.397.267	-2.299.036	-2.391.368
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-850.156	-501.412	-600.173
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	867.383	698.635	581.422
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-554.864	-491.644	-493.300
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-189.047	-142.904	-118.056
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.583.273	3.359.885	3.655.993
3.06	Resultado Financeiro	-169.461	-235.477	-221.867
3.06.01	Receitas Financeiras	286.129	385.421	880.512
3.06.02	Despesas Financeiras	-455.590	-620.898	-1.102.379
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.413.812	3.124.408	3.434.126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.014.976	-920.319	-1.014.155
3.08.01	Corrente	-1.014.976	-920.319	-1.014.155
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.398.836	2.204.089	2.419.971
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.398.836	2.204.089	2.419.971
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,44587	4,08494	4,48504
3.99.01.02	PN	4,89046	4,49343	4,93355
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,44587	4,08494	4,48504
3.99.02.02	PN	4,89046	4,49343	4,93355

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	2.398.836	2.204.089	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-126.463	30.419	0
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	-117.609	22.251	0
4.02.02	Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	39.987	-7.565	0
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	-54.474	20.088	0
4.02.04	Impostos sobre ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limit. ativos dos planos superav	18.522	-6.830	0
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-6.778	-2.963	0
4.02.06	Participação no resultado abrangente das subsidiárias	-6.111	5.438	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.272.373	2.234.508	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.423.087	4.350.471	4.755.158
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.520.019	6.253.116	7.130.727
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	3.413.812	3.124.408	3.424.665
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	1.653.771	2.281.686	2.474.609
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	-638	-48.252	193.794
6.01.01.04	Resultado de equivalencia patrimonial	189.047	142.904	118.056
6.01.01.05	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	-309.467	-1.645	26.213
6.01.01.06	Amortização de ágio de investimento	0	0	97.188
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	327.302	426.387	461.760
6.01.01.08	Pensão de outros benefícios pós-emprego	5.187	6.902	53.344
6.01.01.09	Despesas de Juros	240.367	316.943	286.589
6.01.01.10	Outros	638	3.783	-5.491
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.096.932	-1.902.645	-2.375.569
6.01.02.01	Contas a receber de clientes líquidos	35.558	-301.893	-614.533
6.01.02.02	Outros ativos circulantes	2.049	-239.361	89.132
6.01.02.03	Outros ativos não circulantes	-320.978	-282.878	-571.200
6.01.02.04	Pessoal, encargos e benefícios	168.256	-27.358	-98.603
6.01.02.05	Contas a pagar e despesas provisionadas	48.281	126.146	179.391
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	100.243	-58.048	19.407
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	52.190	-262.813	105.685
6.01.02.08	Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	-45.047	1.688	57.479
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	-1.579	132.842	-148.448
6.01.02.10	Juros pagos	-265.792	-327.909	-299.190
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-870.113	-663.061	-1.094.689
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.737.863	-2.365.863	-1.767.802
6.02.01	Aumento de capital de coligadas e subsidiárias	-209.251	0	-30.000
6.02.02	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-1.948.521	-382.700	-1.753.785
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	292.724	-2.011.029	15.548
6.02.04	Caixa recebido na venda de ativo investimento	127.185	27.866	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.02.05	Caixa incorporado	0	0	435
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.593.848	-1.584.501	-2.235.555
6.03.01	Amortização de empréstimos	-1.742.818	-386.339	-997.260
6.03.02	Captações de empréstimos	74.275	272.600	1.241.864
6.03.03	Pagamento líquidos dos contratos de derivativos	-5.399	17.943	-262.345
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.919.906	-1.488.705	-2.217.814
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-908.624	400.107	751.801
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.997.713	1.597.606	845.805
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.089.089	1.997.713	1.597.606

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.905.561	0	-1.905.561
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.448.001	0	-1.448.001
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-592.000	0	-592.000
5.04.08	Dividendos e JSCP prescritos	0	0	0	134.440	0	134.440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.356.773	-84.400	2.272.373
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.398.836	0	2.398.836
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-42.063	-84.400	-126.463
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-117.609	-117.609
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	39.987	39.987
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.778	-6.778
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuarias	0	0	0	-42.063	0	-42.063
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	0	77.094	10.045.692
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	336.538	0	336.538
5.02.01	Adoção Inicial IFRS	0	0	0	336.538	0	336.538
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	336.538	77.094	10.382.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.316.436	0	-1.316.436
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-865.109	0	-865.109
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-605.000	0	-605.000
5.04.08	Dividendos e JSCP prescritos	0	0	0	153.673	0	153.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.222.785	11.723	2.234.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.204.089	0	2.204.089
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	18.696	11.723	30.419
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	22.251	22.251
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.565	-7.565
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.963	-2.963
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	18.696	0	18.696
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.575.198	2.670.488	659.556	0	0	9.905.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.198	2.670.488	659.556	0	0	9.905.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	282	63.074	0	-2.419.971	0	-2.356.615
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.970.109	0	-1.970.109
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-616.000	0	-616.000
5.04.08	Dividendos e JSCP precritos	0	0	0	163.392	0	163.392
5.04.09	Outros	0	0	0	2.705	0	2.705
5.04.10	Incorporação da DABR em 30/11/2008	282	63.074	0	41	0	63.397
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.419.971	77.094	2.497.065
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.419.971	0	2.419.971
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	77.094	77.094
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	115.503	115.503
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-39.271	-39.271
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	862	862
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	0	77.094	10.045.692

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	20.461.874	19.951.295	20.471.026
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.958.945	19.573.190	20.371.173
7.01.02	Outras Receitas	830.231	804.492	561.613
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-327.302	-426.387	-461.760
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.333.337	-7.452.750	-7.285.645
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.609.807	-5.314.778	-5.097.180
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.425.870	-1.986.845	-2.070.610
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-137.137	-26.221	-41.760
7.02.04	Outros	-160.523	-124.906	-76.095
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.128.537	12.498.545	13.185.381
7.04	Retenções	-1.653.771	-2.281.686	-2.592.333
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.653.771	-2.281.686	-2.592.333
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.474.766	10.216.859	10.593.048
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.082	242.517	762.456
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-189.047	-142.904	-118.056
7.06.02	Receitas Financeiras	286.129	385.421	880.512
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.571.848	10.459.376	11.355.504
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.571.848	10.459.376	11.355.504
7.08.01	Pessoal	719.309	520.306	574.355
7.08.01.01	Remuneração Direta	490.275	394.325	411.952
7.08.01.02	Benefícios	90.529	67.975	89.293
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.765	36.339	38.652
7.08.01.04	Outros	97.740	21.667	34.458
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.473.088	6.495.478	6.794.755
7.08.02.01	Federais	2.123.769	2.121.917	2.251.571
7.08.02.02	Estaduais	4.302.080	4.326.086	4.498.031
7.08.02.03	Municipais	47.239	47.475	45.153
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	820.835	968.484	1.405.834
7.08.03.01	Juros	353.219	423.499	409.762

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.08.03.02	Aluguéis	369.384	349.939	308.205
7.08.03.03	Outras	98.232	195.046	687.867
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.398.836	2.204.089	2.419.971
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	592.000	605.000	616.000
7.08.04.02	Dividendos	1.806.836	1.599.089	1.803.971
7.08.05	Outros	159.780	271.019	160.589
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e cíveis, líquidas	159.780	271.019	160.589

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	19.966.294	20.642.748	20.323.665
1.01	Ativo Circulante	5.147.449	6.482.880	5.878.467
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.556.715	2.277.016	1.741.006
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	8.930	10.120	31.993
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.547.785	2.266.896	1.709.013
1.01.03	Contas a Receber	2.546.225	2.988.798	3.152.831
1.01.03.01	Clientes	2.546.225	2.988.798	3.152.831
1.01.04	Estoques	77.499	148.436	164.410
1.01.06	Tributos a Recuperar	659.357	712.663	448.217
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	659.357	712.663	448.217
1.01.07	Despesas Antecipadas	41.372	45.420	34.758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	266.281	310.547	337.245
1.01.08.03	Outros	266.281	310.547	337.245
1.01.08.03.01	Créditos com pessoas ligadas	95.452	120.257	130.426
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	166	575	95.747
1.01.08.03.03	Outros ativos	170.663	189.715	111.072
1.02	Ativo Não Circulante	14.818.845	14.159.868	14.445.198
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.786.837	2.353.964	2.350.845
1.02.01.03	Contas a Receber	67.343	66.225	61.563
1.02.01.03.01	Clientes	67.343	66.225	61.563
1.02.01.06	Tributos Diferidos	503.679	564.064	854.214
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	503.679	564.064	854.214
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	24.647	35.639	31.941
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	16.943	23.541	22.864
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	16.943	23.541	22.864
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.174.225	1.664.495	1.380.263
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	326.677	143.913	136.228
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	1.710.683	1.335.340	1.142.528
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	136.865	185.242	101.507

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1.02.02	Investimentos	100.837	340.299	301.830
1.02.02.01	Participações Societárias	100.837	340.299	301.830
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	57.990	55.101	36.313
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	42.847	285.198	265.517
1.02.03	Imobilizado	10.200.697	9.672.137	9.868.933
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.393.228	9.105.317	9.239.858
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	807.469	566.820	629.075
1.02.04	Intangível	1.730.474	1.793.468	1.923.590
1.02.04.01	Intangíveis	665.682	728.676	858.798
1.02.04.01.02	Carteira de clientes	14.512	21.768	29.024
1.02.04.01.03	Software	638.975	682.776	789.028
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	12.195	24.132	40.746
1.02.04.02	Goodwill	1.064.792	1.064.792	1.064.792

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	19.966.294	20.642.748	20.323.665
2.01	Passivo Circulante	5.719.846	6.372.350	5.529.710
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	307.245	142.185	174.672
2.01.01.01	Obrigações Sociais	38.049	28.691	28.697
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	269.196	113.494	145.975
2.01.02	Fornecedores	2.780.672	2.362.422	2.314.698
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.777.722	2.352.832	2.299.202
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.950	9.590	15.496
2.01.03	Obrigações Fiscais	972.123	933.298	938.260
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	328.294	288.814	248.638
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.329	719	0
2.01.03.01.02	FUST E FUNTTEL	237.791	191.047	145.529
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	81.722	96.164	102.023
2.01.03.01.04	Outros	7.452	884	1.086
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	635.358	638.649	683.445
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.471	5.835	6.177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	420.412	1.767.559	518.842
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	420.412	256.753	502.503
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	415.157	251.151	19.283
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.255	5.602	483.220
2.01.04.02	Debêntures	0	1.510.806	16.339
2.01.05	Outras Obrigações	999.181	983.578	1.454.750
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	120.981	118.228	49.857
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	120.981	118.228	49.857
2.01.05.02	Outros	878.200	865.350	1.404.893
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	450.897	495.543	758.561
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	9.502	8.389	15.200
2.01.05.02.05	Outras obrigações	417.801	361.418	631.132
2.01.06	Provisões	240.213	183.308	128.488

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	240.213	183.308	128.488
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	27.543	50.577
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	201.571	155.765	77.911
2.02	Passivo Não Circulante	2.579.334	2.970.096	4.411.725
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.405.314	1.752.402	3.217.352
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.405.314	1.752.402	1.717.352
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.393.265	1.734.997	1.689.521
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.049	17.405	27.831
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.500.000
2.02.02	Outras Obrigações	289.164	269.504	145.834
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.738	15.542	31.216
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	10.738	15.542	31.216
2.02.02.02	Outros	278.426	253.962	114.618
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	18.542	23.282	22.148
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	38.707	22.284	7.250
2.02.02.02.05	Outras obrigações	221.177	208.396	85.220
2.02.04	Provisões	884.856	948.190	1.048.539
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	884.856	948.190	1.048.539
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	93.519	91.655	275.692
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	327.749	376.563	446.555
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	219.000	191.927	148.770
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	244.588	288.045	177.522
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.667.114	11.300.302	10.382.230
2.03.01	Capital Social Realizado	6.575.480	6.575.480	6.575.480
2.03.02	Reservas de Capital	2.733.562	2.733.562	2.733.562
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.751.281	2.751.281	2.751.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-17.719	-17.719	-17.719
2.03.04	Reservas de Lucros	2.353.655	1.911.202	1.054.665
2.03.04.01	Reserva Legal	659.556	659.556	659.556

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.694.099	1.251.646	395.109
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-8.759	-58.571
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	4.417	88.817	77.094

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.756.144	15.805.955	15.978.985
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.792.898	-9.091.750	-8.888.438
3.03	Resultado Bruto	6.963.246	6.714.205	7.090.547
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.416.519	-3.316.227	-3.351.536
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.550.741	-2.536.902	-2.523.195
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.087.043	-754.984	-780.111
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	881.184	706.289	603.359
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-662.808	-749.418	-659.851
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.889	18.788	8.262
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.546.727	3.397.978	3.739.011
3.06	Resultado Financeiro	-120.738	-188.792	-227.886
3.06.01	Receitas Financeiras	344.354	455.888	932.554
3.06.02	Despesas Financeiras	-465.092	-644.680	-1.160.440
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.425.989	3.209.186	3.511.125
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.027.153	-1.005.097	-1.091.154
3.08.01	Corrente	-1.027.153	-1.005.097	-1.091.154
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.398.836	2.204.089	2.419.971
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.398.836	2.204.089	2.419.971
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.398.836	2.204.089	2.419.971
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.398.836	2.204.089	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-126.463	30.419	0
4.02.01	Ganhos (Perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	-117.609	22.251	0
4.02.02	Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	39.987	-7.565	0
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	-60.585	25.526	0
4.02.04	Impostos sobre ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito limit. de ativos dos planos superav	18.522	-6.830	0
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-6.778	-2.963	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.272.373	2.234.508	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.272.373	2.234.508	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.532.258	4.449.473	5.129.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.650.585	6.552.965	7.392.120
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	3.425.989	3.209.186	3.501.664
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	1.913.494	2.505.475	2.657.903
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	-638	-49.847	209.574
6.01.01.04	Resultado de equivalencia patrimonial	-2.889	-18.788	-8.262
6.01.01.05	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	-317.486	14.374	50.555
6.01.01.06	Amortização de ágio de investimentos	0	0	90.795
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	386.340	564.580	538.625
6.01.01.08	Pensão de outros benefícios pós-emprego	4.504	6.433	53.344
6.01.01.09	Despesas de juros	240.367	317.008	287.014
6.01.01.10	Outros	904	4.544	10.908
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.118.327	-2.103.492	-2.262.240
6.01.02.01	Contas a receber de clientes líquidos	87.501	-395.235	-830.435
6.01.02.02	Outros ativos circulantes	9.776	-188.857	-90.685
6.01.02.03	Outros ativos não circulantes	-379.779	-256.203	-198.237
6.01.02.04	Pessoal, encargos e benefícios	166.994	-9.584	-104.228
6.01.02.05	Contas a pagar e despesas provisionadas	95.036	80.213	263.970
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	38.215	-64.994	30.907
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	43.621	-272.808	126.453
6.01.02.08	Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	-33.502	8.204	57.989
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	1.301	88.717	-112.750
6.01.02.10	Juros pagos	-265.792	-328.370	-299.318
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-881.698	-764.575	-1.105.906
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.658.711	-2.295.901	-2.074.639
6.02.01	Aumento de capital de coligadas e subsidiárias	-3.557	0	0
6.02.02	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-2.126.465	-2.324.141	-2.102.438
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	292.858	28.240	27.364
6.02.04	Caixa recebido na venda de ativo investimento	178.453	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.02.05	Caixa incorporado	0	0	435
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.593.848	-1.617.562	-2.247.510
6.03.01	Amortização de empréstimos	-1.742.818	-432.924	-1.041.391
6.03.02	Captações de empréstimos	74.275	272.600	1.274.364
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	-5.399	31.467	-262.669
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.919.906	-1.488.705	-2.217.814
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-720.301	536.010	807.731
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.277.016	1.741.006	933.275
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.556.715	2.277.016	1.741.006

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302	0	11.300.302
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302	0	11.300.302
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.905.561	0	-1.905.561	0	-1.905.561
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.448.001	0	-1.448.001	0	-1.448.001
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-592.000	0	-592.000	0	-592.000
5.04.08	Dividendos e JSCP prescritos	0	0	0	134.440	0	134.440	0	134.440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.356.773	-84.400	2.272.373	0	2.272.373
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.398.836	0	2.398.836	0	2.398.836
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-42.063	-84.400	-126.463	0	-126.463
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-117.609	-117.609	0	-117.609
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	39.987	39.987	0	39.987
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.778	-6.778	0	-6.778
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	-42.063	0	-42.063	0	-42.063
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	0	77.094	10.045.692	0	10.045.692
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	336.538	0	336.538	0	336.538
5.02.01	Adoção Inicial IFRS	0	0	0	336.538	0	336.538	0	336.538
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	336.538	77.094	10.382.230	0	10.382.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.316.436	0	-1.316.436	0	-1.316.436
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-865.109	0	-865.109	0	-865.109
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-605.000	0	-605.000	0	-605.000
5.04.08	Dividendos e JSCP prescritos	0	0	0	153.673	0	153.673	0	153.673
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.222.785	11.723	2.234.508	0	2.234.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.204.089	0	2.204.089	0	2.204.089
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	18.696	11.723	30.419	0	30.419
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	22.251	22.251	0	22.251
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.565	-7.565	0	-7.565
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.963	-2.963	0	-2.963
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	18.696	0	18.696	0	18.696
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302	0	11.300.302

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.198	2.670.488	659.556	0	0	9.905.242	0	9.905.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.198	2.670.488	659.556	0	0	9.905.242	0	9.905.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	282	63.074	0	-2.419.971	0	-2.356.615	0	-2.356.615
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.970.109	0	-1.970.109	0	-1.970.109
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-616.000	0	-616.000	0	-616.000
5.04.08	Dividendos e JSCP prescritos	0	0	0	163.392	0	163.392	0	163.392
5.04.09	Outros	0	0	0	2.705	0	2.705	0	2.705
5.04.10	Incorporação da DABR em 30/11/2008	282	63.074	0	41	0	63.397	0	63.397
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.419.971	77.094	2.497.065	0	2.497.065
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.419.971	0	2.419.971	0	2.419.971
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	77.094	77.094	0	77.094
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	115.503	115.503	0	115.503
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-39.271	-39.271	0	-39.271
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	862	862	0	862
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	0	77.094	10.045.692	0	10.045.692

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	21.838.925	21.834.955	22.016.525
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.358.957	21.584.363	21.957.551
7.01.02	Outras Receitas	866.309	815.172	597.599
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-386.341	-564.580	-538.625
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.232.139	-8.587.911	-8.204.473
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.064.202	-6.087.980	-5.550.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.826.468	-2.210.378	-2.462.078
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-137.886	-42.628	-77.925
7.02.04	Outros	-203.583	-246.925	-114.079
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.606.786	13.247.044	13.812.052
7.04	Retenções	-1.913.494	-2.505.475	-2.775.627
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.913.494	-2.505.475	-2.775.627
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.693.292	10.741.569	11.036.425
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	347.243	474.676	940.816
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.889	18.788	8.262
7.06.02	Receitas Financeiras	344.354	455.888	932.554
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.040.535	11.216.245	11.977.241
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.040.535	11.216.245	11.977.241
7.08.01	Pessoal	752.498	561.903	629.360
7.08.01.01	Remuneração Direta	514.681	427.386	456.348
7.08.01.02	Benefícios	95.386	73.566	95.194
7.08.01.03	F.G.T.S.	42.774	38.889	40.896
7.08.01.04	Outros	99.657	22.062	36.922
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.601.114	6.972.819	7.128.655
7.08.02.01	Federais	2.213.162	2.349.328	2.454.034
7.08.02.02	Estaduais	4.305.339	4.518.987	4.576.328
7.08.02.03	Municipais	82.613	104.504	98.293
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.121.278	1.201.401	1.636.959
7.08.03.01	Juros	356.337	426.901	418.664

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.08.03.02	Aluguéis	660.921	559.713	481.238
7.08.03.03	Outras	104.020	214.787	737.057
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.398.836	2.204.089	2.419.971
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	592.000	605.000	616.000
7.08.04.02	Dividendos	1.806.836	1.599.089	1.803.971
7.08.05	Outros	166.809	276.033	162.296
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e cíveis, líquidas	166.809	276.033	162.296

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. – TELESP

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Sociedade, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

#### 1. Mensagem do Conselho de Administração

A atividade econômica global iniciou recuperação ao longo de 2010. Entretanto, esta recuperação não ocorreu de maneira uniforme, dado que economias em desenvolvimento apresentaram taxas de crescimento bem maiores do que as economias desenvolvidas.

Neste contexto, o Brasil destacou-se principalmente pelo dinamismo da demanda interna. Os brasileiros ascenderam para classes superiores de consumo e renda e a classe C passou a responder por cerca de 103 milhões de brasileiros em 2010, frente a 95 milhões no ano de 2009, em detrimento das classes D e E. Esta ascensão da classe C permitiu um maior consumo de telecomunicações por parte das famílias brasileiras.

Os grandes esforços de melhorias de qualidade e um reposicionamento comercial somados a um ambiente econômico favorável fizeram de 2010 um importante ano para a Companhia, marcado por grandes avanços e conquistas.

Com o constante foco na qualidade dos serviços e na melhoria do relacionamento com o cliente, a Telesp conseguiu reverter a tendência de queda da telefonia fixa, com uma significativa redução do *churn*. A Companhia foi uma das poucas empresas de telefonia fixa de grande porte que conseguiu aumentar a sua base de linhas, com 39 mil adições líquidas ao longo de 2010. Em banda larga, atingimos a marca de 3,3 milhões de clientes ao final de 2010, registrando um ganho de 680 mil novos acessos, o maior da história da empresa.

Em novos produtos e serviços, o serviço de automação residencial “At Home” completou seu primeiro ano e superou as expectativas de vendas. Está presente em 20% dos lançamentos de imóveis de alto padrão na Grande São Paulo. Além disso, um novo produto foi lançado em 2010, o “OnVÍdeo”, produto pioneiro no mercado brasileiro que permite ao usuário acesso à informação e entretenimento, com conteúdos online e locadora virtual diretamente da TV.

No segmento corporativo, a Companhia conquistou importantes clientes e atuou como provedora de soluções completas de telecomunicações, com o objetivo de fortalecer seu posicionamento e aumentar a satisfação desses clientes.

Destaca-se também a redução anual do *churn* de todos os serviços, assim como a melhoria dos índices de qualidade, consequência dos eficazes investimentos realizados pela Companhia.

A expectativa para o Brasil em 2011 é positiva. As perspectivas são de crescimentos similares aos anos anteriores à crise econômica de 2009, concentrados principalmente na classe média. No setor de

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

telecomunicações, além da banda larga e TV por assinatura continuarem como principais alavancas de crescimento, programas sociais de inclusão digital e incentivos a indústria de TI devem ter maior importância neste ano.

Em 2011, a Companhia assume o compromisso de seguir melhorando a qualidade percebida pelo cliente, continuar liderando o mercado de banda larga em São Paulo, avançar expressivamente com a fibra ótica e massificar a TV por assinatura.

Nota-se no mercado a clara tendência de desenvolvimento de ofertas integradas e completas. Diante desse cenário de competitividade, convergência e inovação, a Companhia focará os esforços para capturar o crescimento de mercado através da valorização da telefonia fixa e de propostas convergentes com banda larga e TV por assinatura, proporcionando uma experiência diferenciada ao cliente.

## 2. Contexto Econômico e do Setor de Telecomunicações

### 2.1 Contexto Econômico

A atividade econômica global demonstrou sinais de recuperação no ano de 2010. Os últimos dados disponibilizados pelo Fundo Monetário Internacional apontam para uma taxa de crescimento de 5,0% do PIB mundial no ano passado. Vale ponderar, entretanto, que esse crescimento, ainda que superior à média de 3,6% observada entre 2000 e 2009, foi marcada por fragilidades por conta de pelo menos 3 fatores. Em primeiro lugar, o crescimento da economia mundial não foi uniforme: enquanto economias em desenvolvimento apresentaram taxas de crescimento de 7,1%, economias desenvolvidas, por sua vez, apresentaram taxas de crescimento de 3,0%. Em segundo lugar, essa taxa de crescimento considera uma

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

base de comparação deprimida, qual seja, o PIB mundial do ano de 2009. Por fim, a evolução positiva da economia mundial não dirimiu os riscos derivados das incertezas acerca da sustentabilidade fiscal de determinadas economias desenvolvidas.

Diante dessa fragilidade do crescimento da economia global, os estímulos fiscais e monetários adotados desde o ano de 2009 foram relevantes para favorecer a recuperação da economia brasileira no ano passado. O volume de crédito em relação ao PIB saltou para 46,6%, desde 44,4% em 2009. A produção industrial refletiu este momento favorável e alcançou a maior taxa de crescimento anual observado desde 1991. Como resultado, o Produto Interno Bruto também registrou o maior avanço anual desde 1991, início da série do IBGE.

Cabe mencionar que essa retomada do crescimento econômico no ano de 2010 foi caracterizada pelo dinamismo da demanda interna. No mercado de trabalho, o aumento da população ocupada, de 3,5%, foi superior à taxa de crescimento da população em idade ativa, de 1,3% no mesmo período. Isso propiciou, entre outros fatores, a redução da taxa de desemprego para 6,7%, a menor taxa desde o início da nova série do IBGE, de 2001. Além disso, a renda real da população ocupada aumentou mais de 3,8% ao longo do ano. Essa combinação de aumento do emprego e da renda real propiciou um crescimento da massa real de salários superior a 7,0% no ano de 2010.

Essa evolução positiva do mercado de trabalho foi não apenas quantitativa como também qualitativa: enquanto os empregos sem carteira assinada foram reduzidos em 1,7% ao longo do ano, os empregos com carteira assinada aumentaram em 6,8%. Além dessa redução da informalidade, a política de fortalecimento do salário mínimo e os programas de transferência de renda favoreceram a ascensão de brasileiros a classes superiores de consumo e renda. De fato, a classe C passou a responder por cerca de 103 milhões de brasileiros no ano de 2010, frente a 95 milhões no ano de 2009, em detrimento das classes D e E. Pesquisas do IBGE indicam que as despesas das famílias com comunicações em geral, e de telefonia fixa em particular, aumentam de acordo com seu nível de renda. Assim, essa emergência de 8 milhões de brasileiros das classes D e E para a classe C em 2010 favoreceu o aumento do mercado consumidor da Telesp ao longo do ano.

Esse contexto de melhora da renda e de sua distribuição também contribuiu para a redução da inadimplência bancária. De fato, ao longo de 2010 este indicador se recuperou dos efeitos negativos da crise iniciada em 2008. A inadimplência bancária superior a 90 dias, de 5,0% na média de 2010, ficou abaixo do nível observado no ano anterior, de 5,5%. A inadimplência de pessoas físicas foi a que apresentou maior redução nessa comparação. Esta alcançou 6,5% na média de 2010, frente a 8,2% no ano anterior. No caso da inadimplência não bancária, por sua vez, a evolução foi diferenciada: de acordo com dados da Serasa, enquanto o percentual de inadimplemento de pessoas jurídicas decaiu mais de 5,0% no ano de 2010, o de pessoas físicas elevou-se em 6,3% no mesmo período.

O Balanço de Pagamentos da economia brasileira não esteve imune a essa superioridade do dinamismo da economia brasileira em relação à economia mundial. No que se refere ao saldo em transações correntes do Brasil com o resto do mundo, em primeiro lugar, o resultado observado no ano de 2010 apresentou deterioração em relação ao do ano anterior. Em virtude da redução do saldo comercial e dos ingressos derivados de serviços e rendas e de transferências unilaterais, o saldo em transações correntes no ano de 2010 foi deficitário em montante equivalente a 2,3% do PIB, frente a 1,5% observado no ano anterior. Os ingressos da conta de capital e financeira, por outro lado, mais uma vez superaram o déficit em transações correntes. Mesmo com esse quadro de excesso de moeda estrangeira no ano de 2010, a trajetória de apreciação da moeda brasileira não teve continuidade. A cotação média de câmbio no ano de 2010 atingiu R\$/US\$ 1,99, paridade equivalente à observada na média do ano anterior.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A trajetória da paridade cambial não contribuiu, portanto, para a contenção da inflação no ano de 2010 como em anos anteriores. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 5,9%, acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central do Brasil, de 4,5%. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), que além dos preços ao consumidor engloba também os preços no atacado e da construção civil, apresentou avanço ainda maior, de 11,3%. Pelo menos 2 fatores contribuíram para esse aumento da inflação. Primeiramente, os preços internacionais de diferentes *commodities* mostraram recuperação ao longo do ano. De acordo com o índice *Reuters – Jefferies CRB (Commodities Research Bureau)*, os preços em dólares das *commodities* apresentaram alta de 12,7% ao longo do ano. Adicionalmente, o dinamismo da atividade econômica doméstica manteve elevada a inflação de bens e serviços não comercializáveis. Essa combinação de fatores também contribuiu para elevar o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST). Este índice, utilizado no cálculo do reajuste de tarifas, apresentou alta superior a 5,0% no acumulado do ano. Cabe comentar, entretanto, que o reajuste tarifário efetivo aplicado pela Anatel para os planos básicos de cesta local e de longa distância nacional foi limitado a 0,66% por conta do efeito redutor do fator de produtividade aplicado nas tarifas do setor.

Esse aumento da inflação mensurada pelo IPCA para nível superior à meta central de inflação induziu a autoridade monetária a elevar a taxa básica de juros ao longo de 2010. Nesse sentido, a taxa Selic foi elevada para 10,75% ao ano em dezembro de 2010, desde 8,75% em dezembro de 2009. Na média do ano de 2010, entretanto, a taxa básica, de 9,74% ao ano, foi inferior à média do ano de 2009, de 9,93%. A TJLP, a taxa de juros de longo prazo, utilizada em passivos junto ao BNDES, por sua vez, também apresentou queda: a taxa média de 2010 foi de 6,0% ao ano, frente a 6,12% ao ano na média de 2009.

### 2.2 Entorno Competitivo

O mercado de telecomunicações brasileiro tem vivenciado um acirramento competitivo entre empresas de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, TV por assinatura, Internet e Dados. Essa intensificação da competição é decorrente de uma tendência mundial das operadoras se estabelecerem como provedor único de telecomunicações dos clientes, disponibilizando ofertas cada vez mais completas, integradas e convergentes, e também é decorrente de novas definições regulatórias para estímulo da competição.

Em 2010, ocorreram importantes alterações nas estruturas das principais empresas do mercado de telecomunicações do Brasil, o que redefiniu o panorama competitivo. Foi concretizada a aquisição da Vivo, principal operadora celular do país, pela Telefônica; foi anunciada a unificação das operações fixa (Embratel) e móvel (Claro) sob a América Móvil; foi anunciada a entrada da Portugal Telecom na estrutura da Oi e também houve a finalização da incorporação da Intelig pela TIM.

No caso específico de São Paulo, destaca-se a intensificação da atuação de operadores de TV por assinatura no setor de telefonia fixa e o início de operação de uma operadora fixa entrante nas principais cidades do Estado.

No âmbito regulatório, o ano de 2010 foi marcado pela definição do novo regulamento de espectro de 2,5 GHz, pelo leilão das últimas faixas de frequência de 3G, pelo lançamento do Plano de Banda Larga Popular e pelo início das discussões para definição de Plano Nacional de Banda Larga. Estas alterações demonstram o alto grau de importância que a banda larga passará a ter nos próximos anos.

No mercado de voz, a Sociedade enfrentou a competição em todos os seus segmentos. As operadoras de TV a Cabo, que já atuavam no segmento de alta e média renda com oferta de serviços integrados, expandiram a oferta para o segmento de renda menor. Este segmento também foi bastante explorado através de ofertas de linhas telefônicas de baixo custo e/ou pré-pagas, utilizando tecnologias alternativas sem fio. Já as operadoras

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

de Telefonia Móvel destacaram-se pelo expressivo aumento da exploração do mercado pré-pago e de chamadas de longa distância.

No mercado de Banda Larga, destaca-se o crescimento acelerado da Banda Larga móvel através de rede de terceira geração (3G), com o leilão das últimas faixas de frequências para 3G, o que viabilizou a entrada de nova empresa neste mercado, e a aceleração de ofertas de Banda Larga fixa de alta velocidade por todas as operadoras fixas.

No segmento corporativo, a concorrência, que já atuava de forma agressiva no mercado de dados, intensificou sua atuação, em especial para o segmento PEMES (Pequenas e Médias Empresas) com ofertas de banda larga de alta velocidade e planos de longa distância com tarifas mais agressivas e cobrança "por chamada".

### 2.3 Estratégia Comercial

Em 2010, a Sociedade deu continuidade às ações focadas em aumentar a qualidade de nossos produtos e serviços e na atratividade da telefonia fixa. Conseguimos aumentar nossa base de clientes de voz fixa após 4 anos seguidos de queda e tivemos o maior crescimento de número de clientes de banda larga no país.

A defesa de valor do tráfego de voz obteve êxito através da massificação dos Pacotes de Minutos, com principal destaque para a oferta de tarifa plana de voz *Fale e Navegue a Vontade* que permite o uso ilimitado de ligações on-net locais e internet discada.

Além disso, como complemento a estas ações, foram disponibilizadas ofertas customizadas para diferentes segmentos de clientes. Em especial, destaca-se a oferta de linhas de baixo custo pré-pagas, que evitaram parte da migração dos clientes para o serviço móvel e outros concorrentes em telefonia fixa, e um aumento da utilização de canais presenciais, aproximando o relacionamento de nossa empresa com os clientes.

Para equilibrar a pressão na telefonia tradicional, a Sociedade continua com foco no crescimento de negócios com alto potencial de mercado, como é o caso da Banda Larga, dos produtos de dados corporativos, da TV por assinatura, da Tecnologia da Informação, além do desenvolvimento de novos produtos.

Em Banda Larga, ultrapassou a marca de 3,3 milhões de clientes em 2010. Isto ocorreu em função de uma profunda reestruturação e melhoria dos processos, do produto e do contínuo esforço e comprometimento com a qualidade e grau de satisfação de nossos clientes. Também aderimos ao Programa de Banda Larga Popular, permitindo acelerar o acesso das camadas de menor renda a esta tecnologia, e relançamos os serviços de conectividade baseados em Fibra Ótica, após a reestruturação do produto lançado em 2009.

Em novos produtos e serviços, destaca-se o desempenho do serviço de automação residencial "At Home", que completou seu primeiro ano e superou as expectativas de vendas (20% dos lançamentos de imóveis de alto padrão da região metropolitana de São Paulo) continuam nossa solução. Ainda, lançamos o "OnVÍdeo", produto que permite assistir filmes digitais diretamente da TV com a tecnologia de vídeo sob demanda.

No segmento corporativo, a Sociedade conquistou importantes clientes e atuou como provedora de soluções completas de telecomunicações: voz, dados, equipamentos, serviços e soluções de TI, com vistas a fortalecer seu posicionamento e incrementar a satisfação desses exigentes clientes com ofertas cada vez mais integradas e aderentes às suas necessidades.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 2.4 Perspectivas

A expectativa para 2011 é bastante otimista com índices de crescimento similares aos anos anteriores à crise econômica de 2009 e concentrados principalmente na classe média. O setor de telecomunicações deve ter os mercados de banda larga e TV por assinatura como principais alavancas de crescimento. Além disso, programas sociais de inclusão digital e incentivos a indústria de TI devem ter maior importância neste ano. A valorização do real ante o dólar deve continuar a trazer vantagens nos custos de equipamentos importados.

Observando os mercados mais maduros e as mais recentes movimentações das principais empresas de telecomunicações no Brasil nota-se a clara tendência de desenvolvimento de ofertas integradas e completas e maior presença de mercado. Para isto, a Sociedade focará os esforços nos processos de integração da telefonia fixa com o serviço móvel, que permitirá expansão nacional e ofertas convergentes. Além disso, esta integração tem potencial de outras sinergias, como a maior eficiência em custos e em investimentos de capitais. A estratégia escolhida pela Sociedade será de acelerar sua atuação para liderar a captura do crescimento de mercado através da valorização da telefonia fixa, propostas convergentes com voz móvel, banda larga e TV por assinatura, e proporcionando uma experiência diferenciada ao cliente.

O foco em banda larga será mantido, sendo a principal plataforma para desenvolvimento de produtos e serviços. Continuamos com nossa estratégia de aumentar a velocidade de conexão de nossa banda larga no Estado de São Paulo através da expansão de conexões em fibra ótica e cabo, da maior qualidade dos serviços e dos novos produtos, em especial, vídeo sob demanda. Além disso, esperamos atender aos requisitos do Plano Nacional de Banda Larga do governo federal e aumentar o crescimento de nossa base de clientes.

Por fim, continuaremos com nossos esforços para melhorar nosso relacionamento com os clientes. As melhoras na experiência do cliente serão suportadas pelas ações de melhoria de qualidade iniciadas em 2009 e pela difusão de uma cultura de serviço e melhoria contínua.

### 2.5 Ambiente Regulatório

O ambiente regulatório foi marcado por uma série de eventos ao longo de 2010. Dentre os principais eventos regulatórios pode-se destacar os reajustes tarifários de 2010, o cumprimento das metas relacionadas à instalação de *backhaul*, a alteração da destinação da faixa de 2,5 GHz, o fim do limite do número de outorgas para a prestação do serviço de TV a Cabo e MMDS e a decisão da Anatel pela introdução do nono dígito nos telefones celulares de São Paulo.

#### Reajuste tarifário

Em fevereiro de 2010 o Conselho Diretor da Anatel acatou o pedido de reconsideração para a aplicação de reajuste das tarifas fixo-móvel e homologou, através do Ato nº 971 de 9 de fevereiro de 2010, reajuste no percentual de 0,97%.

Em agosto os planos alternativos foram reajustados no percentual de 4,4%, considerando-se o IST acumulado em 12 meses. O plano básico da Telesp, por sua vez, teve seu reajuste aprovado pela Anatel em 4 de outubro no percentual de 0,66%, correspondente ao IST de 13 meses e Fator de produtividade de 13 meses.

#### Cumprimento das metas relacionadas à instalação de *backhaul* nos municípios

Em 31 de março de 2010 a Telesp declarou o cumprimento da instalação de infraestrutura de rede de serviços de telecomunicações (*Backhaul*) em todos os 257 municípios constantes de seu compromisso, em

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

atendimento ao Decreto 6.424, que alterou o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), estabelecendo a substituição dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PSTs) urbanos por *backhaul*.

### Nova regulamentação para a faixa de 2,5GHz

A Anatel publicou em 16 de agosto de 2010 a Resolução nº 544 com a nova destinação da faixa de 2,5 GHz. Dentre as principais inovações do regulamento destacam-se: i) Alocação do espectro para MMDS, SCM, STFC e SMP (em subfaixas específicas); ii) Homologação de equipamentos imediata; iii) 70 MHz para os atuais operadores de MMDS (incluindo a Telesp, que possui operação nas cidades de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo), sendo 50 em TDD e 20 em FDD e estabelecimento de prazo de 12 meses para solicitar autorização de serviços adicionais na faixa; iv) Custo de renovação conforme Condições do Termo de Autorização ou, na ausência, por VPL ou PPDUR (o que for maior); v) Previsão para que futuros adquirentes do direito de uso das radiofrequências devam arcar com os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas.

### Fim do limite do número de outorgas para a prestação do serviço de TV a Cabo e MMDS

Em 25 de novembro de 2010 a Anatel aprovou o Planejamento de TV a Cabo e MMDS, decretando o fim do limite do número de outorgas para a prestação do serviço e, conseqüentemente, da necessidade de licitação para as mesmas. Outorgas poderão ser concedidas por Código de Numeração e não apenas por município. O preço e as contrapartidas para as empresas para a obtenção das outorgas constarão em futuro Regulamento de TV a Cabo, que ainda será submetido à consulta pública. A previsão é que novas outorgas ocorram em 2011.

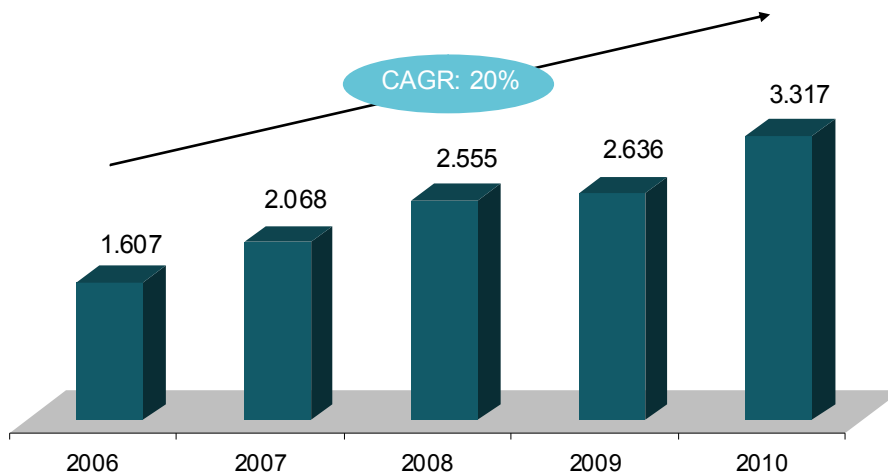
### Introdução do nono dígito nos telefones celulares de São Paulo

O Conselho Diretor da Anatel, através da Resolução nº 553 de 14 de dezembro de 2010, que alterou os Regulamentos de Numeração do Serviço Móvel Pessoal e do Serviço Telefônico Fixo Comutado, decidiu acrescentar o nono dígito nos telefones celulares de São Paulo. A medida deverá ser implantada em 24 meses, inicialmente em São Paulo. Depois desse período, a Anatel vai estipular um prazo para que o nono dígito nos celulares seja ampliado para todo o país.

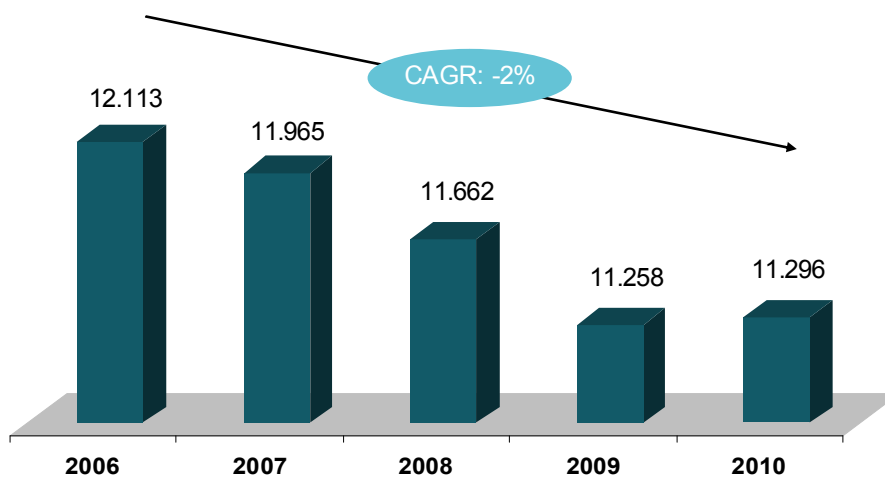
## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 3. Desempenho Operacional

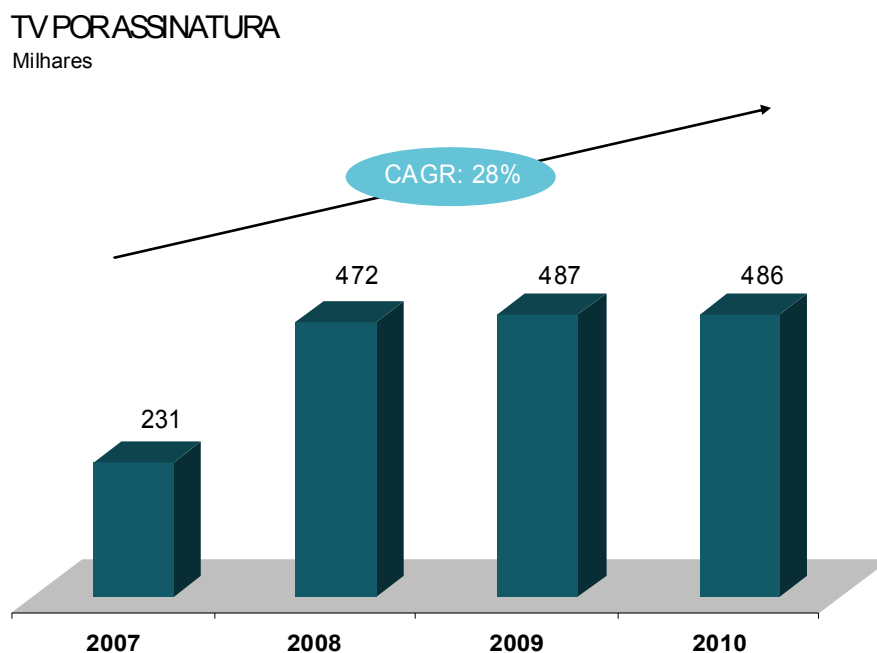
EVOLUÇÃO DOS CLIENTES DE BANDA LARGA  
Milhares



LINHAS EM SERVIÇO  
Milhares



## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



### 4. Desempenho Financeiro

#### 4.1 Receita Operacional Líquida

Em 2010, a Sociedade apurou receita operacional líquida de R\$15.756,1 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação aos R\$15.806,0 milhões em 2009. Este efeito é justificado principalmente pelo aumento nas receitas do serviço de banda larga e dados corporativos, além do crescimento da receita de longa distância nacional, explicado pelo maior tráfego de origem móvel com a utilização do "15" (código de seleção de prestadora). Estas variações foram compensadas por uma redução das receitas de telefonia fixa local, explicada pela queda dos tráfegos VC1 e fixo-fixo, apesar do aumento do número de linhas em serviço.

#### 4.2 Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas consolidadas apresentou acréscimo de 4,4%, passando de R\$3.398,0 milhões em 2009 para R\$3.546,7 milhões em 2010. Contribuíram para essa evolução, principalmente, o aumento das receitas do serviço de banda larga, a venda / cessão de direito de ativos não estratégicos ao longo de 2010, além da redução das despesas de depreciação e amortização pela mudança dos prazos de vida útil para determinadas categorias de ativos.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 4.3 EBITDA

O EBITDA (resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas, excluindo-se as depreciações e amortizações) consolidado em 2010 foi de R\$5.460,2 milhões, uma redução de 7,5% em relação aos R\$5.903,5 milhões no ano de 2009.

A Margem EBITDA atingiu 34,7% em 2010, uma redução de 2,7 p.p. em relação à margem de 37,3% registrada no ano de 2009. Esta variação está relacionada principalmente à mudança do mix de produtos com redução das receitas de telefonia tradicional, que possuem margens maiores, e aumento das receitas de dados tanto no segmento residencial como no segmento corporativo, além da maior receita de longa distância nacional de origem móvel. Houve também aumento dos gastos comerciais, principalmente com atendimento ao cliente, além de uma maior despesa com pessoal, devido ao aumento do quadro com foco em qualidade e atenção ao cliente. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela significativa redução na provisão para devedores duvidosos no período. A Evolução anual da Margem EBITDA está afetada pelo impacto positivo não recorrente ocorrido em 2009, derivado da mudança na estimativa de provisões para contingências, e pela contabilização em 2010 de um impacto positivo pela venda / cessão do direito de exploração de ativos não estratégicos.

Em milhões de reais - Consolidado	2010	2009
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras (*)	3.546,7	3.398,0
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	1.680,1	2.255,4
Em despesas de comercialização de serviços	123,0	143,1
Em despesas gerais e administrativas	110,4	107,0
<b>EBITDA</b>	<b>5.460,2</b>	<b>5.903,5</b>
Margem EBITDA		
a) EBITDA	5.460,2	5.903,5
b) Receita operacional líquida (*)	15.756,1	15.806,0
a) / b)	34,7%	37,3%

(\*) Vide demonstrações de resultados.

### 4.4 Endividamento e Resultado Financeiro

Consolidado	2010	2009
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(1.825,7)	(2.009,2)
Debêntures (Nota 17)	-	(1.510,8)
Endividamento total	(1.825,7)	(3.520,0)
Operações com derivativos (Nota 31)	(27,9)	(31,1)
<b>Endividamento líquido</b>	<b>(1.853,6)</b>	<b>(3.551,1)</b>

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A Sociedade encerrou o exercício de 2010 com dívida de R\$1.825,7 milhões (R\$3.520,0 milhões em 2009) ou 15,6% do patrimônio líquido (31,1% em 2009). Os recursos captados são 0,95% denominados em moeda estrangeira e 99,05% denominados em moeda nacional junto ao BNDES.

A Sociedade empenha constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, mediante a atual conjuntura do mercado, para proteger suas dívidas dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais.

### 4.5 Lucro Líquido

O lucro líquido apresentou uma variação positiva de 8,8%, passando de R\$2.204,1 milhões em 2009 para R\$2.398,8 milhões em 2010. A margem líquida foi de 15,2%.

Em milhões de reais	2010	2009
a) Lucro líquido do exercício (*)	2.398,8	2.204,1
b) Receita operacional líquida (*)	15.756,1	15.806,0
a) / b)	15,2%	13,9%

(\*) Vide demonstrações de resultados.

### 4.6 Investimentos

A Sociedade investiu, em 2010, R\$2.441,4 milhões na expansão e modernização de sua rede, o que permitiu o fornecimento de serviços de alta qualidade para seus clientes.

Os investimentos em manutenção e nos negócios tradicionais, que incluem os serviços de voz, representaram 48% do total investido pela companhia em 2010.

Com o objetivo de consolidar nossa posição no mercado de banda larga, durante 2010 intensificamos os investimentos em expansão e modernização da nossa rede, na melhoria dos nossos sistemas e nos processos de relacionamento com nossos clientes.

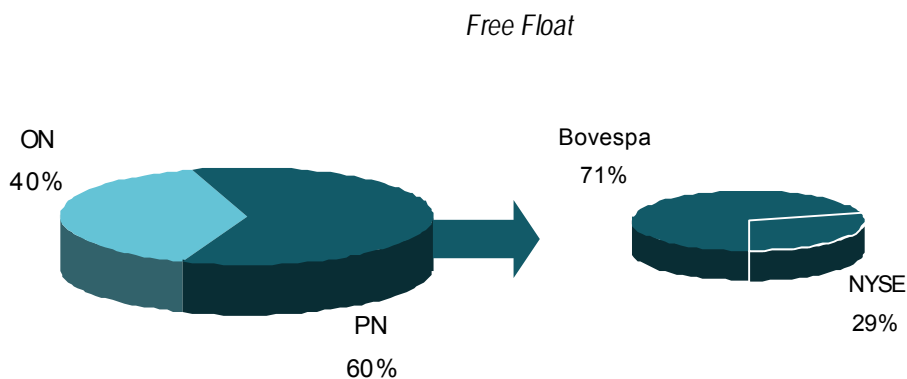
A seguir, apresentamos o montante de investimentos consolidados em 31 de dezembro de 2010:

Investimento (R\$ milhões)	2010	2009	Δ%	2008	Δ%
Negócio tradicional e manutenção	1.166,1	1.101,1	5,9	831,9	40,2
Novos serviços e Banda Larga	1.275,3	1.119,8	13,9	1.510,5	(15,6)
<b>Total</b>	<b>2.441,4</b>	<b>2.220,9</b>	<b>9,9</b>	<b>2.342,4</b>	<b>4,2</b>

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 5. Mercado de Capitais

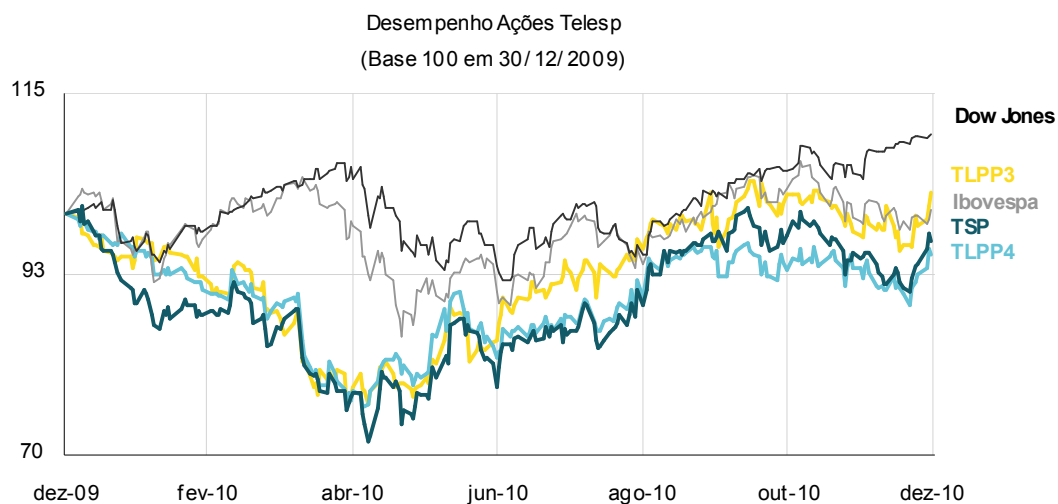
A Telesp possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na BM&FBOVESPA sob os símbolos TLPP3 e TLPP4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo TSP.



As ações TLPP3 e TLPP4 encerraram o ano cotadas a R\$39,30 e R\$42,03, apresentando, respectivamente, uma evolução anual de 3,5% e -3,5% frente a uma evolução de 1,0% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$24,44, registrando uma evolução anual de -2,9% frente a uma evolução do Índice Dow Jones de 9,7%.

O volume médio diário das ações TLPP3 e TLPP4 no ano foi de R\$785,3 mil e R\$4.902,7 mil, respectivamente. Já o volume médio diário de ADRs no mesmo período foi de US\$2.685,1 mil.

Abaixo apresentamos o gráfico de desempenho das ações no último ano:



## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 5.1 Política de remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Sociedade deve distribuir como dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Em 2010, a Sociedade apresentou um *dividend yield* de 9,6% para as ações ON e de 9,9% para as ações PN.

As somas dos valores unitários brutos dos dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) declarados em 2010 foram de R\$3,78 para cada ação ON e R\$4,16 para cada ação PN.

Distribuição dos valores declarados em 2010:

2010	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
JSCP	14/12/2010	30/12/2010	202,0	171,7	ON	0,374376	0,318219	Até o final de 2011
					PN	0,411813	0,350041	
JSCP	29/09/2010	30/09/2010	390,0	331,5	ON	0,722805	0,614384	13/12/2010
					PN	0,795085	0,675823	
Dividendos	29/09/2010	30/09/2010	196,4	196,4	ON	0,363914	0,363914	13/12/2010
					PN	0,400305	0,400305	
Dividendos	07/04/2010	07/04/2010	451,6	451,6	ON	0,837055	0,837055	13/12/2010
					PN	0,920760	0,920760	
Dividendos	07/04/2010	07/04/2010	800,0	800,0	ON	1,482677	1,482677	26/04/2010
					PN	1,630944	1,630944	

### 5.2 Posição Acionária

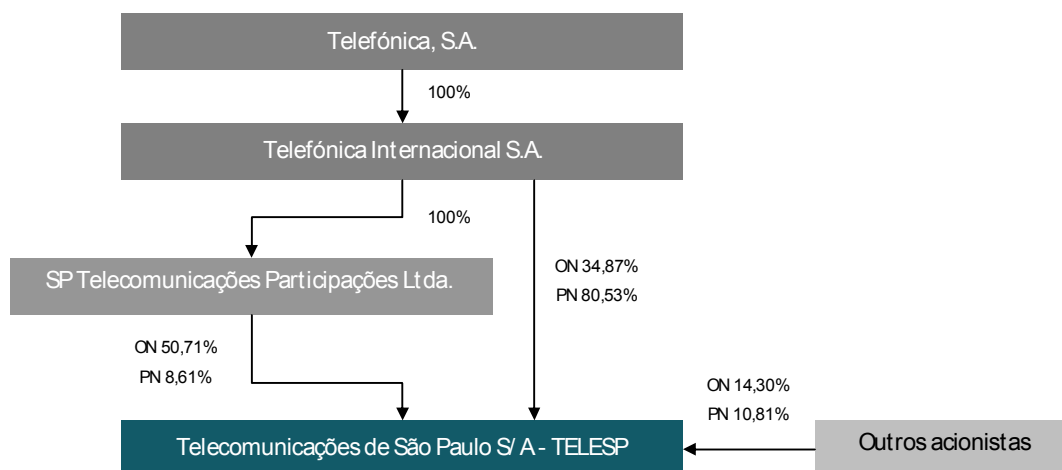
No ano de 2010, a Composição Acionária do grupo controlador não sofreu modificações.

Ao término do ano de 2010, a Telefónica Internacional S.A. – TISA detém 34,87% das ações ordinárias e 80,53% das ações preferenciais e a SP Telecomunicações Participações Ltda, 50,71% das ações ordinárias e 8,61% das ações preferenciais da Sociedade.

Posição em 31 de dezembro de 2010	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	144.462.997 85,57%	300.749.951 89,13%	445.212.948 87,95%
Minoritários	24.146.294 14,30%	36.482.238 10,81%	60.628.532 11,98%
Tesouraria	210.579 0,12%	185.213 0,05%	395.792 0,08%
Número total de ações	168.819.870	337.417.402	506.237.272

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 6. Estrutura Societária



### 7. Governança Corporativa

Os princípios fundamentais de governança corporativa da TELESP estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários.

Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- ü A maximização do valor da Companhia;
- ü A transparência na prestação das contas da Sociedade e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- ü A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores e clientes;
- ü A igualdade no tratamento dos acionistas;
- ü O papel essencial do Conselho de Administração na supervisão e administração da Sociedade, e na prestação de contas aos acionistas;
- ü A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perenidade da organização.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, aumentar a qualidade das divulgações de informações e reduzir as incertezas dos investidores, a Sociedade tem instituído normas e políticas internas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas. A Sociedade acredita que essas medidas beneficiam os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas adotadas pela Sociedade, destacamos:

(a) A implantação das seguintes normativas internas:

(i) **Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante:** Implantada por decisão do Conselho de Administração em cumprimento às disposições da Instrução CVM 358/02. Tal política tem por objetivo estabelecer regras para divulgação de informações relevantes de interesse do mercado.

(ii) **Regulamento Interno de Conduta:** Foi implantado por decisão do Conselho de Administração. Estabelece padrões de conduta para questões relacionadas ao mercado de valores, não somente com respeito à legislação, mas também quanto a critérios éticos e de responsabilidade profissional.

(iii) **Normativa sobre Comunicação de Informação aos Mercados:** Regula os princípios básicos de funcionamento dos processos e sistemas de controle das informações a serem divulgadas ao mercado. Visa garantir a qualidade e controle sobre tais informações, respondendo, assim, às exigências estabelecidas para essa matéria pelas legislações dos mercados em que são negociados os valores da Companhia.

(iv) **Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil.** O Conselho de Administração aprovou essa normativa que regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Sociedade, garantindo a aplicação de práticas e políticas contábeis adequadas.

(v) **Normas de Conduta para Financeiros:** Normativa que fixa padrões de conduta para as pessoas que exercem cargos de responsabilidade relacionados com as finanças da TELESP e de suas controladas, o acesso destes às informações privilegiadas e confidenciais e o padrão de comportamento a ser observado nessas situações.

(vi) **Normativa sobre Aprovação Prévia de Serviços a serem Prestados pelo Auditor Externo.** Estabelece critérios e procedimento para a contratação de serviços dos auditores independentes, sempre com a aprovação prévia do Comitê de Auditoria e Controle. Suas disposições consideram as normas da CVM relativas à matéria, bem como a legislação americana aplicável. Foi implementada com a aprovação do Comitê de Auditoria e Controle.

(b) A instituição de comitês do Conselho de Administração:

- Comitê de Auditoria e Controle;
- Comitê de Qualidade dos Serviços e Atenção Comercial; e
- Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa.

(c) **Divulgação anual de um Informe de Governança Corporativa,** que contém informações referentes às principais práticas de governança corporativa que a Sociedade adota, bem como sua estrutura acionária, suas características, a composição e competência dos órgãos da administração, as obrigações e responsabilidade dos administradores.

(d) **Estabelecimento, pelo Comitê de Auditoria e Controle, de procedimentos para a recepção e tratamento de denúncias relacionadas a assuntos contábeis e de auditoria (Canal de Denúncias).**

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

As regras internas da Sociedade relativas à conduta a ser adotada visando prevenir eventuais práticas contrárias à boa governança e conflitos de interesse estão definidas em normativas internas, em especial no seu Regulamento Interno de Conduta em Matérias Relativas ao Mercado de Valores Mobiliários. A Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração e qualquer outro empregado exposto à informação sensível estão sujeitos a restrições impostas por tal regulamento. Essa normativa interna define períodos de *blackout* de negociação, e estabelece regras para prevenir e / ou tratar situações de conflitos de interesse.

### 7.1 Relações com Investidores

Com o objetivo de obter uma valorização justa de suas ações, a Sociedade adota práticas que visam um maior esclarecimento sobre suas políticas e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas.

A Sociedade disponibiliza informações relevantes em um portal na internet nas versões em português e inglês (<http://www15.telefonica.com.br/investidores/> e <http://www15.telefonica.com.br/investidores/english/>, respectivamente). Todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações contábeis são arquivados nos órgãos reguladores no Brasil, através da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), e nos Estados Unidos, através da SEC (*Security Exchange Commission*). Adicionalmente, a Sociedade possui uma equipe de Relações com Investidores para esclarecer dúvidas por telefone ou através de reuniões individuais, quando solicitadas.

### 7.2 Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração da Sociedade é composto de um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 17 membros, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia está composto por 16 membros, todos acionistas, sendo um deles eleito pelo voto das ações preferenciais, em votação separada, e os demais eleitos pelo voto geral das ações ordinárias.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu presidente. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros em exercício, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade nos casos de empate. Ao presidente cabe, ainda, representar o Conselho na convocação da Assembléia Geral de Acionistas; presidir a Assembléia Geral, escolhendo o secretário dentre os presentes; convocar e presidir as reuniões do Conselho; usar o voto de qualidade, que lhe é atribuído pelo Estatuto Social, no caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração e; autorizar a prática de atos, nos casos de urgência, "ad referendum" da apreciação do Conselho de Administração.

### 7.3 Diretoria da Sociedade

A Diretoria é o órgão de representação ativa e passiva da Sociedade cabendo à mesma e aos seus membros a prática de todos os atos necessários ou convenientes à gestão dos negócios sociais. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato máximo de 3 anos sendo permitida a reeleição.

Segundo o Estatuto Social a Diretoria será composta de, no mínimo 3 e, no máximo, 15 membros, acionistas ou não, residentes no país, que serão eleitos pelo Conselho de Administração. A Diretoria, atualmente, é composta de 04 membros, sendo eleitos para os seguintes cargos: Presidente, Diretor Geral de Telefonia Fixa, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; e Secretário Geral.

### 7.4 Normas de Conduta para Funcionários (Princípios de Atuação)

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Os Princípios de Atuação, o atual código de conduta do Grupo Telefônica, foram aprovados em 2006 e são válidos para todas as suas operações no mundo. O documento abrange princípios gerais associados a temas como honestidade e confiança, respeito à lei, integridade e respeito aos direitos humanos. Inclui ainda princípios específicos elaborados de modo a garantir a confiança dos públicos estratégicos mais relevantes. Esse documento foi referendado pelo Conselho de Administração da Telesp em abril de 2007. Desde então, a empresa tem realizado diversas iniciativas a fim de garantir que todos os seus empregados conheçam e apliquem essas orientações em seu cotidiano. Para isso, foi desenvolvido um curso online sobre os Princípios de Atuação a ser aplicado a todos os empregados. Também são divulgadas informações relativas aos Princípios de Atuação frequentemente nos veículos de comunicação interna.

Todos os profissionais da companhia têm acesso a canais onde podem fazer denúncias de descumprimento dos Princípios de forma anônima. A companhia também mantém em funcionamento o Comitê de Princípios de Atuação, composto por representantes das áreas de Relações Institucionais, Recursos Humanos, Secretaria Jurídica e Auditoria Interna, que se reúne periodicamente para discutir assuntos ligados aos Princípios de Atuação.

### 7.5 Conselho Fiscal

Na Sociedade o Conselho Fiscal é mantido em caráter permanente. Os conselheiros fiscais são eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas para o mandato de 1 ano sendo possível a reeleição. Em observância à legislação societária, aos acionistas preferencialistas é garantido o direito de eleger um membro efetivo e um membro suplente do Conselho Fiscal em votação em separado, sem a participação das ações preferenciais do controlador.

Por disposição legal a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estadas necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembléia Geral de Acionistas que os elege, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computada benefícios de qualquer natureza, verbas de representação e participação nos lucros.

O Estatuto Social estabelece que o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. Atualmente o Conselho Fiscal da Sociedade é composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

### 7.6 Comitê de Auditoria e Controle

Foi instituído em dezembro de 2002, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de um regulamento próprio aprovado por aquele órgão. De acordo com o regulamento do Comitê, o órgão será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, escolhidos periodicamente dentre os membros independentes do Conselho. O prazo de seus mandatos coincide com os respectivos mandatos no Conselho de Administração. Atualmente o Comitê de Auditoria e Controle é composto por 3 Conselheiros de Administração.

Sem prejuízo de qualquer outra função designada pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Controle terá competência para informar e/ou fazer recomendações ao Conselho, quanto às matérias seguintes:

- Designação do auditor externo, as condições de sua contratação, o alcance de seu mandato profissional e, se for o caso, a revogação ou prorrogação do contrato;
- Análise das contas da Sociedade, zelando pelo cumprimento dos requisitos legais e pela correta aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos;

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- Resultados de cada auditoria interna e externa, bem como as providências da Administração em relação às recomendações da auditoria;
- Adequação e integridade dos sistemas internos de controle;
- Cumprimento do contrato de auditoria externa, buscando que a opinião sobre as contas anuais e os conteúdos principais do informe de auditoria sejam redigidos de forma clara e precisa; e
- Recebimento, do auditor interno, das informações sobre as deficiências significativas dos sistemas de controle e das condições financeiras detectadas.

### 7.7 Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Durante o exercício de 2010 não contratamos serviços que não sejam de auditoria externa junto ao nosso auditor independente, Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 8. Recursos Humanos

Reconhecendo a importância que seus empregados têm para a superação de seus principais desafios estratégicos e operacionais, a Sociedade tem intensificado seu processo de transformação cultural. Em 2010, para construir "o melhor lugar para trabalhar", lançou o Viva a Experiência. O programa reflete a importância de atuar em equipe com um objetivo comum, em um ambiente de camaradagem e otimismo, no qual todos os profissionais são protagonistas da transformação cultural da empresa.

Com a aplicação das diretrizes estratégicas do Viva a Experiência (Abertos à comunicação, Protagonistas do nosso desenvolvimento, Comprometidos com nossos clientes, Reconhecemos a excelência, Espírito inovador, Liderança inspiradora, Somos uma só equipe e Construimos o melhor lugar para trabalhar), em 2010, a Sociedade foi destaque em premiações:

- Destaque no ranking das "Maiores entre as Melhores Empresas para Trabalhar 2010" e 42ª posição no ranking das "Melhores Empresas para Trabalhar, em TI e Telecom", da Great Place to Work Institute.
- Top RH 2010 em gestão de pessoas da ADBV - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, com o case "O poder do Reconhecimento", que apresenta os programas Conhecer e Reconhecer, +Telefônica e Mandou Bem!

Para comprovar que ultrapassamos muitos desafios neste ano, a Pesquisa de Clima 2010, aplicada no início de dezembro, apresentou o recorde de 93% de respondentes, com 81% de favorabilidade.

#### 8.1 Interação

Em 2010, a Comunicação Interna ampliou suas ações com o objetivo de tornar os canais internos mais motivadores e interativos, permitindo a participação e colaboração dos profissionais.

Em processo de constante evolução, a Intranet Corporativa migrou para o formato de blog, com informações publicadas em tempo real. Com as ferramentas, os profissionais comentaram, avaliaram, acompanharam o número de visualizações das notícias e enviaram aos amigos. Além disso, conheceram o *ranking* das mais acessadas.

A linguagem adotada nos canais internos passou a ser ainda mais direta e informal, em tom de conversa para criar proximidade com o empregado.

Houve aumento no número de vídeo-reportagens para divulgar temas relevantes para os profissionais. Entre esses, o processo da aquisição da Vivo pela Telefônica marcou o ano. Assim como em outros assuntos, a transparência nas informações direcionou o trabalho da área. Outra mudança foi o destaque às histórias pessoais dos empregados, além do reconhecimento ao papel das equipes nas conquistas da empresa.

A interatividade também foi comprovada pelas ações: cobertura da Convenção de Executivos em tempo real (Minuto a Minuto), blog para o Dia dos Voluntários com empregados registrando experiências e as postando em suas respectivas redes sociais, hot site sobre "Uso consciente e alternativo" e hot site UmClik para consulta das Políticas da empresa.

Ainda no eixo interatividade, o selo eletrônico "Mandou Bem!", que reconhece de forma imediata atitudes concretas de colaboração entre as áreas da empresa, obteve grande adesão. Foram emitidos 36 mil selos, evidenciando e reforçando que a Sociedade está baseando suas experiências do dia-a-dia em processos mais diretos e que contam com a participação de seus profissionais.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A Sociedade também conta com uma *newsletter* diária, o “Bom Dia, Telefônica!”, além do “Boa Tarde, Telefônica!” para edições especiais e extraordinárias e o “Executivo em Dia”, comunicado eletrônico destinado aos executivos.

### 8.2 Remuneração

A Sociedade adota estrutura salarial e políticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado. O objetivo é atrair e reter os melhores profissionais em um segmento muito competitivo e reconhecer o desempenho individual de acordo com o cumprimento de metas e resultados alcançados.

Os programas de remunerações variáveis e uma ampla variedade de benefícios complementam o pacote de remuneração total.

O conceito de remuneração total tem como propósito pagar salário nominal na média do mercado composta pelas empresas que mais agressivamente remuneram seus empregados.

- Em 2010, 1.269 profissionais da empresa foram promovidos.
- 1.027 profissionais foram contemplados no processo de Revisão Salarial (alterações salariais).

### 8.3 Programas de Desenvolvimento

Investindo fortemente em programas de capacitação e desenvolvimento de seus profissionais, a Sociedade obteve os seguintes resultados em 2010:

- Investimentos de R\$ 9,5 milhões em educação.
- Participação de 4.888 profissionais em ações educacionais, com carga horária total de 171.677.
- Participação de 382 profissionais, em 31 turmas, num total de 6.112 horas no Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL.
- Participação de 59 profissionais, num total de 2.128 horas, na Universidade Corporativa.
- Participação de 382 profissionais em sessões de *Coaching* de 1 hora cada.
- Participação de 513 profissionais, num total de 2.845 horas em *E-learning*.
- Realização de 68 MBA autofinanciados e 6 MBA subsidiados (4 internacionais e 2 nacionais);
- Realização de 5 Master em Telecom.
- Contratação de 37 Estagiários.
- Participação de 13 jovens, num total de 1.768 horas no Programa de Formação Mainframe.
- Participação de 3 profissionais no Programa Horizonte.
- Participação de 25 rotantes estrangeiros e 19 rotantes brasileiros no Programa de Rotação;
- Participação de 144 profissionais na Bolsa Educação.
- Participação de 1.356 profissionais nos *workshops* de transformação cultural. Foram 16 workshops com 15 anfitriões, sendo 12 diretores-executivos e 3 diretores. Ao todo, foram 160 horas de desenvolvimento.
- Investimento de R\$ 244.500 mil no programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Foram qualificadas 50 pessoas. Em setembro de 2010, a Telesp cumpriu a cota estabelecida na legislação (5% para as empresas com mais de mil empregados). Em dezembro de 2010, a empresa possuía 308 empregados com deficiência.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

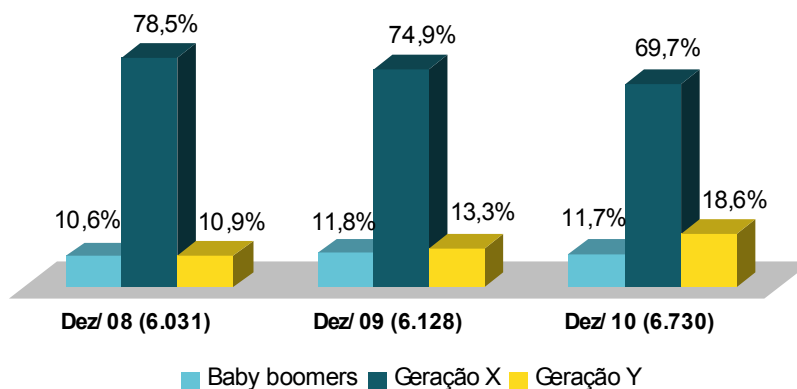
### 8.4 Benefícios

Em 2010, a Sociedade investiu mais de R\$ 74 milhões em benefícios para os seus profissionais.

- R\$ 30 milhões em gastos com saúde (saúde assistência e ocupacional), um dos melhores planos de saúde do mercado. O PLAMTEL (Plano de Assistência Médica Telesp) cobre não apenas a assistência médica e prevista pela legislação, mas também outras especialidades da saúde;
- R\$ 40 milhões nos benefícios de refeição e alimentação;
- Plano de previdência para seus profissionais, em que a cada R\$1,00 de contribuição feita pelo empregado é correspondido na mesma proporção pela Sociedade.
- R\$ 1,7 milhões em seguro de vida para os profissionais (4.986 empregados / Dez 10);
- R\$ 1,1 milhões investidos em auxílio creche ou auxílio babá, onde profissionais, pais ou mães, são beneficiados atualmente;
- R\$ 2 milhões em investimentos com vale-transporte (Média de 759 profissionais/mês);
- Convênios com entidades ligadas ao segmento de telecomunicações e a Sociedade, como: ABET (Associação Benficiente dos Empregados em Telecomunicações), Coopertel (Cooperativa de Crédito dos Empregados do Grupo Telefônica) e o grêmio Telesp Clube.
- Criação de grupo de Corrida e Caminhada, desenvolvido para ajudar os profissionais a iniciar ou manter a regularidade na prática de exercícios físicos. É oferecida aos 200 "atletas" toda assessoria necessária, começando pela avaliação médica, avaliação nutricional, acompanhamento do preparador físico em aulas presenciais e suporte on-line.

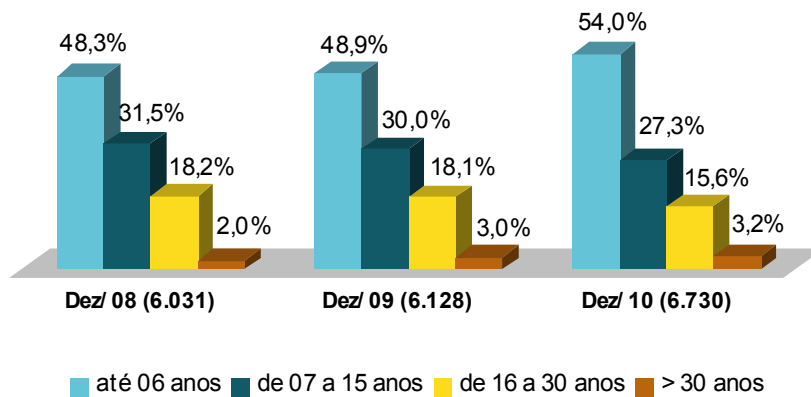
### 8.5 Perfil dos Empregados

#### Distribuição por Faixa Etária



## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### Distribuição por Tempo de Serviço

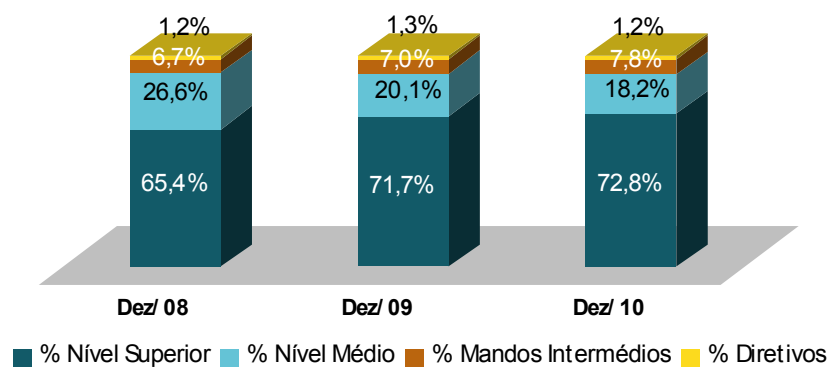


### Distribuição por Gênero - 2010



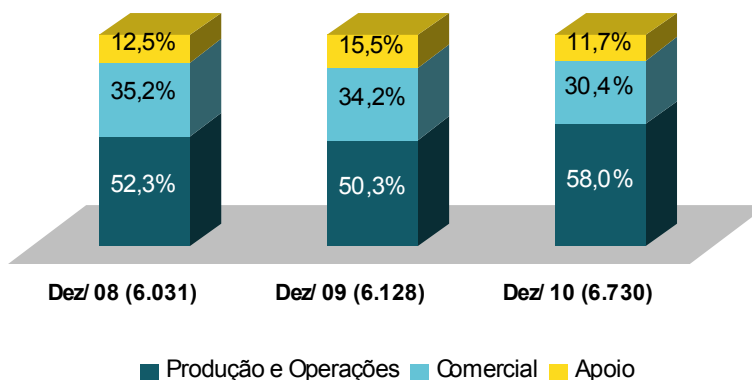
Do quadro de Diretivos, 18% são mulheres.

### Distribuição por Nível Hierárquico



## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### Distribuição por Macro Função



## 9. Responsabilidade Social e Ambiental

O Grupo Telefônica entende a Responsabilidade Social Corporativa como uma ferramenta de geração de valor para a companhia, que a permite construir relações sustentáveis com seus públicos de relacionamento, gerando confiança por meio da gestão eficaz dos riscos e oportunidades e incrementando sua legitimidade nas sociedades onde opera.

A estratégia está vinculada aos processos de negócio. Dessa forma, a base da Responsabilidade Corporativa para o Grupo é "fazer bem o que tem de ser feito", ou seja, desenvolver da melhor maneira possível suas atividades.

Para atingir esse objetivo, a estratégia está orientada em três linhas de atuação:

- **Gestão Eficaz de Riscos** com impacto direto na reputação. Para isso, a companhia acompanha os riscos relacionados a descumprimentos dos Princípios de Atuação, a norma básica da qual se desdobram as políticas e normativas que envolvem a relação da empresa com todos os seus públicos.
- **Gestão das Oportunidades**, buscando maximizar os impactos positivos da operação para promover o desenvolvimento das sociedades onde opera. Neste ponto, as principais linhas de atuação são *potencializar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)*, incorporando nos processos, produtos e serviços o atendimento a coletivos com necessidades especiais, e *TIC Verde*, buscando uma eficiência energética cada vez maior.
- **Compromisso com as partes interessadas** (ou Engajamento dos Stakeholders) por meio da comunicação transparente e do diálogo efetivo com todos os públicos de relacionamento. A Companhia quer construir relações de confiança que permitam posicioná-la como motor de progresso econômico, tecnológico e social. Além disso, entende que o diálogo é a principal ferramenta para que possa ajustar sua estratégia às expectativas de seus públicos. Nos últimos

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

anos, a Telesp vem reforçando sua atuação nas mídias sociais por entender que elas propiciam a aproximação com a sociedade em geral com a empresa.

### 9.1 Meio Ambiente

Em consonância com essa estratégia, foram definidas as linhas básicas de atuação da companhia para o meio ambiente:

a) Mudanças Climáticas – Os novos serviços proporcionados pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) representam redução de impacto ambiental, resultando em redução de emissões em outros setores. O Grupo criou o Escritório de Mudanças Climáticas, área global de gestão especial para mudanças climáticas e energia, que busca garantir a redução do consumo de energia e de emissões de gases de efeito estufa das empresas do Grupo, além de estimular o desenvolvimento de serviços que proporcionem mais eficiência a clientes e outros setores e de sublinhar o papel das TICs como contribuição essencial para a solução desse problema mundial. Desde 2007, a Telesp realiza o cálculo das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), baseado em uma metodologia interna aplicável a todo o Grupo Telefônica, baseada em padrões reconhecidos como Greenhouse Gas Protocol, IPCC e na norma ambiental 14064. Segundo esse trabalho, a Sociedade registrou a emissão de 61.234 toneladas de CO<sub>2</sub> em 2009\*.

A implementação de ações de eficiência energética fez com que a Sociedade fosse reconhecida em 2010, pela terceira vez consecutiva, como Empresa Líder no Prêmio Época de Mudanças Climáticas. O prêmio, realizado pela revista Época (editora Globo) e com apoio técnico da consultoria PricewaterhouseCoopers, destacou iniciativas de empresas que possuem políticas ambientais para reduzir emissões de Gases de Efeito Estufa.

b) Sistema de Gestão Ambiental Global – O Grupo estabelece os requisitos mínimos de gestão para todas as suas empresas, independentemente de sua localização geográfica ou atividade. A premissa é a melhora contínua, a partir do cumprimento das leis em vigor e do controle da pegada ecológica da Telefônica (indicador que mostra o quanto de recursos naturais está sendo utilizado pelo Grupo), a fim de que ela procure diminuir os impactos que causa no seu entorno.

(\*Os dados do inventário de emissão de Gases de Efeito Estufa de 2010 deverão ser fechados nos próximos meses.)

### 9.2 Investimento social

A Telesp realiza seu investimento em projetos sociais por meio da Fundação Telefônica, instalada no Brasil em 1999. A Fundação tem como missão contribuir para a construção do futuro das regiões nas quais a Telefônica está presente, estimulando o desenvolvimento social a partir da educação e da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Para isso, utiliza-se preferencialmente das tecnologias de comunicação e informação.

Entre os programas desenvolvidos pela Fundação Telefônica, merecem destaque o Pró-Menino, que busca contribuir para o desenvolvimento social e a proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do apoio a projetos de Combate ao Trabalho Infantil e também de atendimento a adolescentes que infringiram a lei e cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, e o EducaRede, que se propõe a aprimorar a qualidade da educação pública por meio da inclusão digital, contando com um portal ([www.educarede.org.br](http://www.educarede.org.br)), aberto e gratuito, criado prioritariamente para alunos e professores do ensino público fundamental e médio. A Fundação também coordena em conjunto com a Telesp o programa Voluntários Telefônica, que busca envolver profissionais da companhia em ações de voluntariado.

## Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

### 9.3 Patrocínios

O Grupo Telefônica patrocina atividades com o objetivo principal de democratizar o acesso da população à cultura, promover a inclusão social por meio do esporte e o uso social das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Entre as ações realizadas em 2010, destacam-se:

- a) **Campus Party Brasil:** A Sociedade foi novamente patrocinadora oficial do evento, realizado em sua 3ª edição de 25 a 31 de janeiro de 2010, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, com a participação de 140 mil visitantes nas zonas e áreas abertas, 1 milhão de visitantes *on-line* e mais de 6 mil participantes inscritos que acamparam na arena e compartilharam experiências ligadas ao mundo digital. Um dos maiores atrativos do evento foi a velocidade de conexão à internet fornecida pela Sociedade, 10 Gb de banda.
- b) **TelefônicaSonidos:** Em 2010 a Sociedade lançou a plataforma "Sonidos", com duas edições iniciais: TelefônicaSonidos Festival Mundo Latino – série de apresentações de artistas latinos nacionais e internacionais, realizada de 21 a 25 de setembro de 2010, no Jockey Clube de São Paulo – e TelefônicaSonidos Clássicos do Brasil – atração aberta ao público na Praça da Prefeitura de Jundiaí, no dia 17 de outubro, com apresentação da Orquestra Bachiana, sob a regência do maestro João Carlos Martins, e a dupla Chitãozinho & Xororó, com participação de aproximadamente 25 mil pessoas.
- c) **Esportes:** com o objetivo de promover a inclusão social por meio do esporte, em 2010 a Telefônica apoiou o projeto Judô em Ação, iniciativa do medalhista olímpico Rogério Sampaio que oferece a prática do judô como complemento à educação de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, e o projeto Lance Livre, iniciativa da medalhista olímpica Marta Sobral, realizada na comunidade de Heliópolis, com o propósito de utilizar o basquete como instrumento pedagógico de transformação, possibilitando a inclusão social de crianças carentes, além da Formação de Atletas do Esporte Clube Pinheiros e do Atletismo em Ação.

## 10. Agradecimentos

A Administração da Sociedade, mais uma vez, reitera o agradecimento aos clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em suas atividades, pelo apoio e confiança depositados e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e esforço empreendidos, responsáveis pelas conquistas dos resultados apresentados pela Sociedade.

## Notas Explicativas

# Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Em milhares de reais)

### 1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

#### a. Do controle acionário

A Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, a seguir denominada “Companhia” ou “Telesp”, tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo. A Telesp pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2010, a Telefónica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total indireta no capital social da Companhia de 87,95%, sendo 85,57% nas ações ordinárias e 89,13% nas ações preferenciais.

#### b. Das operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil (nota 1.c adiante). A Companhia também possui, diretamente ou através de suas subsidiárias, autorizações da Anatel para a prestação de outros serviços de telecomunicações, como comunicação de dados para o mercado empresarial, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy* e *Ajato*) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (*Telefonica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 com validade até 2024 e aguardam a definição das condições de renovação e pagamento pela Anatel.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. É também registrada na *Securities and Exchange Commission – SEC*, dos EUA, e suas *American Depositary Shares – ADS's* – nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

#### c. Do Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas nos setores 31, 32 e 34 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo, estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 22 de dezembro de 2005, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 02 de maio de 2011, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

## Notas Explicativas

O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.925.052 (R\$6.954.479 em 31 de dezembro de 2009), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. O próximo pagamento ocorrerá em 2011 com base nas receitas de 2010.

### **d. Das controladas e subsidiárias integrais**

#### **A. Telecom S.A.:**

Subsidiária integral da Companhia, tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e dados, e na manutenção de rede de telefonia interna do cliente. Os principais serviços são:

(i) Condomínio Digital, solução integrada de equipamentos e serviços para a transmissão de voz, dados e imagens em edifícios comerciais até 31 de dezembro de 2009. A partir desta data esses serviços passaram a ser prestados pela Telesp, conforme reestruturação mencionada na nota 2.a;

(ii) Instalação, conserto, troca e ampliação de novos pontos de fiação de telefonia interna em residências e empresas;

(iii) iTelefônica, provedor de acesso gratuito à internet;

(iv) Speedy Wi-Fi, serviço de banda larga para acesso sem fio à internet;

(v) Speedy Corp, provedor de banda larga desenvolvido especialmente para o mercado corporativo;

(vi) Posto Informático, solução integrada de serviços de acesso a internet, conectividade em rede privativa e locação de equipamentos de informática; sendo que a partir de agosto de 2010 o serviço de acesso a internet passou a ser prestado pela Telesp;

(vii) Produto At-home, soluções de automação residencial que está compreendido entre os serviços de consultoria e elaboração de projeto de automação e instalação e configuração da solução.

(viii) Serviço de TV por assinatura via satélite (Direct to Home – DTH) em todo o país e via fibra óptica - IPTV (Internet Protocol Television). O DTH é um tipo especial de serviço de TV por assinatura que utiliza satélites para a distribuição direta de sinais de televisão e áudio para os assinantes.

## Notas Explicativas

### **Telefônica Sistema de Televisão S.A.:**

A Telefônica Sistema de Televisão S.A. ("TST") tem como objetivo a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações e internet.

### **Telefônica Data S.A.:**

Tem como objetivo a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações, atividades relacionadas a prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

### **Aliança Atlântica Holding B.V.:**

Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, cujo principal ativo era a participação direta de 0,61% na Portugal Telecom, cujas ações foram vendidas em junho de 2010. Atualmente, a participação no capital da Aliança Atlântica é de 50% para a Companhia e 50% para a Telefônica S.A. Esta holding está em processo de encerramento e consequentemente divisão do ativo existente que estão avaliados a valor de liquidação.

### **Companhia AIX de Participações:**

Tem como objeto social a exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas. Atualmente a participação da Companhia na Companhia AIX de Participações é de 50%.

### **Companhia ACT de Participações:**

Tem por objeto prestar assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio. Atualmente, a participação da Companhia na Companhia ACT de Participações é de 50%.

## **2. EVENTOS SOCIETÁRIOS EM 2009 E 2010**

### **a. Reestruturação societária envolvendo a A.Telecom S.A.:**

Em 30 de dezembro de 2009 conforme aprovado em Assembléia Geral dos Acionistas ocorreu a cisão parcial da A.Telecom e posterior incorporação da parte cindida pela Companhia. Essa operação contemplou a transferência de ativos fixos e direitos relacionados a uma parcela da carteira de clientes da A.Telecom. O acervo líquido incorporado pela Telesp foi de R\$99.293.

## Notas Explicativas

### b. Incorporação da TS Tecnologia da Informação Ltda.:

Em 22 de maio de 2009 a controlada indireta TS Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela sua controladora Telefônica Data S.A. pelos valores registrados nos livros contábeis e conforme laudo de avaliação, sendo extinta após esta operação.

### c. Outros eventos

As administrações da Vivo Participações S.A. ("Vivo Part.") e da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp ("Telesp") (conjuntamente referidas como "Companhias"), na forma e para os fins das Instruções CVM nº 319/99 e 358/02, informaram que em 27/12/2010 foi aprovada, pelos seus respectivos Conselhos de Administração, uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Part. pela Telesp, visando a unificação da base acionária das Companhias ("Reestruturação Societária"), conforme Fato Relevante publicado em 28/12/2010 no jornal Valor Econômico e 29/12/2010 no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A Reestruturação Societária visa simplificar a estrutura organizacional atual das Companhias, ambas abertas e listadas na BM&FBOVESPA e com *American Depositary Receipts* ("ADRs") negociados nos Estados Unidos da América, propiciando aos seus respectivos acionistas a participação em uma única sociedade com ações negociadas nas bolsas brasileira e norte-americana, com maior liquidez, bem como racionalizar a estrutura de custos das Companhias e auxiliar na integração dos negócios e na geração de sinergias daí decorrentes, impactando positivamente as Companhias. Para a implementação da Reestruturação Societária serão adotadas as recomendações contidas no Parecer de Orientação CVM nº 35/08 e para tal foram constituídos na Vivo Part. e na Telesp comitês especiais independentes ("Comitês Especiais"), para negociarem a relação de substituição de ações e manifestarem a respeito das demais condições da Reestruturação Societária que vierem a ser propostas, para posteriormente submeterem as suas recomendações aos Conselhos de Administração das Companhias.

Além disso, serão contratados assessores financeiros e empresas especializadas para a elaboração de estudos complementares relativos à operação e a posterior elaboração dos laudos de avaliação das Companhias, que servirão como parâmetro para o estabelecimento das relações de substituição e do aumento de capital decorrente da incorporação de ações e, ainda, para fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.

A Reestruturação Societária será objeto de deliberação dos acionistas em Assembléias Gerais Extraordinárias, especialmente convocadas oportunamente por editais de convocação para essa finalidade, garantindo o direito de recesso aos acionistas dissidentes, na forma da lei.

## 3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº11.638/07, nº11.941/09, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

De acordo com a Instrução CVM 457/2007, as companhias de capital aberto devem apresentar as demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2010, bem como as informações comparativas do exercício de 2009, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, tendo como base os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela CVM, os quais estão convergentes com as normas internacionais de contabilidade.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em total conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

Os efeitos da primeira adoção das normas internacionais de contabilidade estão apresentados na nota 3.1 adiante. A Companhia não antecipou a adoção de qualquer novo pronunciamento emitido pelo IASB com início de vigência obrigatória posterior a 31 de dezembro de 2010 (nota 4.1).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam o mesmo resultado e patrimônio líquido.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de janeiro de 2011.

### **3.1. PRIMEIRA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) E DOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)**

A aplicação das IFRS e CPC's na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e controladora, respectivamente, implica em algumas alterações relacionadas às formas de apresentação e avaliação que vinham sendo aplicadas até 31 de dezembro de 2009, pois determinadas políticas e requisitos estabelecidos pelas IFRS e CPC diferem substancialmente das práticas contábeis até então adotadas no Brasil.

A adaptação das demonstrações contábeis consolidadas à normativa contábil internacional foi realizada aplicando-se a IFRS 1 – *First Time Adoption of International Financial Reporting Standards* (CPC 37R e CPC 43R1) que trata da adoção inicial das IFRS. A Companhia elaborou seu balanço de abertura com a data de transição de 01/01/2009 (data base 31/12/2008).

Conforme requerido pela IFRS 1 (CPC 37R) a Companhia aplicou para a preparação das demonstrações contábeis de todos os períodos apresentados, as normas em vigor em 31 de dezembro de 2010, exceto pelas exceções na mencionada norma.

## Notas Explicativas

<b>BALANÇO DE ABERTURA EM 01/01/2009 (CONTROLADORA)</b>	<b>BRGAAP BALANÇO PUBLICADO</b>	<b>RECLASSIFICAÇÕES BRGAAP (NOTA 3.1.2 f)</b>	<b>AJUSTES CPC's</b>	<b>NOTA 3.1.2</b>	<b>SALDO FINAL</b>
					Saldo para Balanço de Abertura
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.870.998</b>	<b>(582.167)</b>	<b>2.807</b>		<b>5.291.638</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.597.606	-	-		1.597.606
Contas a receber de serviços, líquidas	2.853.548	-	-		2.853.548
Tributos diferidos e a recuperar	925.877	(582.167)	-		343.710
Estoques	114.735	-	-		114.735
Operações com derivativos	80.214	-	-		80.214
Outros ativos	299.018	-	2.807	c	301.825
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.639.320</b>	<b>880.191</b>	<b>28.186</b>		<b>14.547.697</b>
Tributos diferidos e a recuperar	835.452	114.065	29.003	e	978.520
Depósitos Judiciais	678.583	428.589	-		1.107.172
Outros ativos	109.363	-	-		109.363
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>1.353.640</b>	<b>1.064.644</b>	<b>129</b>		<b>2.418.413</b>
<b>IMOBILIZADO, LÍQUIDO</b>	<b>9.115.239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>9.115.239</b>
<b>INTANGÍVEL, LÍQUIDO</b>	<b>1.547.043</b>	<b>(727.107)</b>	<b>(945)</b>		<b>818.991</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>19.510.318</b>	<b>298.024</b>	<b>30.993</b>		<b>19.839.335</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.399.517</b>	<b>9.294</b>	<b>(328.987)</b>		<b>5.079.824</b>
Empréstimos e financiamentos	454.188	-	-		454.188
Debêntures	16.339	-	-		16.339
Fornecedores	2.030.787	-	-		2.030.787
Impostos, taxas e contribuições a recolher	847.363	9.294	-		856.657
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.153.670	-	(395.109)	d	758.561
Pessoal, encargos e benefícios sociais	163.372	-	-		163.372
Provisões	128.451	-	-		128.451
Operações com derivativos	15.200	-	-		15.200
Outras obrigações	590.147	-	66.122	b	656.269
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.065.109</b>	<b>288.730</b>	<b>23.442</b>		<b>4.377.281</b>
Empréstimos e financiamentos	1.717.352	-	-		1.717.352
Debêntures	1.500.000	-	-		1.500.000
Impostos, taxas e contribuições	40.151	67.585	-		107.736
Provisões	567.220	221.145	-		788.365
Provisão p/planos de benefícios pós-emprego	148.770	-	-		148.770
Operações com derivativos	22.148	-	-		22.148
Outras obrigações	69.468	-	23.442	b	92.910
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.045.692</b>	<b>-</b>	<b>336.538</b>		<b>10.382.230</b>
Capital social	6.575.480	-	-		6.575.480
Reserva especial de ágio	63.074	-	-		63.074
Reservas de capital	2.670.488	-	-		2.670.488
Reservas de Lucros	659.556	-	-		659.556
Resultado Exercício Anterior	-	-	(58.571)		(58.571)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	395.109	d	395.109
Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.232	-	-		76.232
Ajuste Acumulado de Conversão	862	-	-		862
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>19.510.318</b>	<b>298.024</b>	<b>30.993</b>		<b>19.839.335</b>

**Notas Explicativas**

<b>BALANÇO DE ABERTURA EM 01/01/2009 (CONSOLIDADO)</b>	<b>BRGAAP BALANÇO PUBLICADO</b>	<b>RECLASSIFICAÇÕES BRGAAP (NOTA 3.1.2 f)</b>	<b>AJUSTES IFRS</b>	<b>NOTA 3.1.2</b>	<b>SALDO IFRS</b>
					Saldo para Balanço de Abertura
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.459.832</b>	<b>(584.300)</b>	<b>2.935</b>		<b>5.878.467</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.741.006	-	-		1.741.006
Contas a receber de serviços, líquidas	3.152.831	-	-		3.152.831
Tributos diferidos e a recuperar	1.032.517	(584.300)	-		448.217
Estoques	164.410	-	-		164.410
Operações com derivativos	95.747	-	-		95.747
Outros ativos	273.321	-	2.935	c	276.256
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.532.177</b>	<b>884.963</b>	<b>28.058</b>		<b>14.445.198</b>
Contas a receber de serviços, líquidas	61.563	-	-		61.563
Tributos diferidos e a recuperar	845.240	116.199	29.003	e	990.442
Depósitos Judiciais	711.300	431.228	-		1.142.528
Outros ativos	156.312	-	-		156.312
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>301.830</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>301.830</b>
<b>IMOBILIZADO, LÍQUIDO</b>	<b>9.868.933</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>9.868.933</b>
<b>INTANGÍVEL, LÍQUIDO</b>	<b>1.586.999</b>	<b>337.536</b>	<b>(945)</b>		<b>1.923.590</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>19.992.009</b>	<b>300.663</b>	<b>30.993</b>		<b>20.323.665</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.846.874</b>	<b>11.823</b>	<b>(328.987)</b>		<b>5.529.710</b>
Empréstimos e financiamentos	502.503	-	-		502.503
Debêntures	16.339	-	-		16.339
Fornecedores	2.314.698	-	-		2.314.698
Impostos, taxas e contribuições a recolher	926.437	11.823	-		938.260
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.153.670	-	(395.109)	d	758.561
Pessoal, encargos e benefícios sociais	174.672	-	-		174.672
Provisões	128.488	-	-		128.488
Operações com derivativos	15.200	-	-		15.200
Outras obrigações	614.867	-	66.122	b	680.989
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.099.443</b>	<b>288.840</b>	<b>23.442</b>		<b>4.411.725</b>
Empréstimos e financiamentos	1.717.352	-	-		1.717.352
Debêntures	1.500.000	-	-		1.500.000
Impostos, taxas e contribuições	47.401	67.585	-		114.986
Provisões	570.778	221.255	-		792.033
Provisão p/planos de benefícios pós-emprego	148.770	-	-		148.770
Operações com derivativos	22.148	-	-		22.148
Outras obrigações	92.994	-	23.442	b	116.436
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.045.692</b>	<b>-</b>	<b>336.538</b>		<b>10.382.230</b>
Capital social	6.575.480	-	-		6.575.480
Reserva especial de ágio	63.074	-	-		63.074
Reservas de capital	2.670.488	-	-		2.670.488
Reservas de Lucros	659.556	-	-		659.556
Resultado Exercício Anterior	-	-	(58.571)		(58.571)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	395.109	d	395.109
Ajuste de Avaliação Patrimonial	76.232	-	-		76.232
Ajuste Acumulado de Conversão	862	-	-		862
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>19.992.009</b>	<b>300.663</b>	<b>30.993</b>		<b>20.323.665</b>

**3.1.1 Isenções e Exceções aplicadas na adoção inicial das IFRS no balanço de abertura**

A norma IFRS 1 (CPC 37R) dispõe sobre casos de isenções opcionais para a adoção retroativa das IFRS no balanço de abertura. Neste sentido, destacamos as opções aplicadas pela Companhia na data de transição:

## Notas Explicativas

### IFRS 3 (CPC 15) – Combinações de negócios

A Companhia optou por aplicar a IFRS 3(R) (CPC 15), Combinações de Negócios, de forma prospectiva desde a data de transição. Portanto, as combinações de negócios ocorridas antes de 1º de janeiro de 2009 não foram remensuradas. Dessa forma, o saldo de ágios no Ativo Intangível reflete o saldo líquido apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31/12/2008, sem ter sido identificada a necessidade de registro de nenhuma perda de valor.

### IAS 16 (CPC 27) – Valor justo ou reavaliação do imobilizado como custo de aquisição

A Companhia optou por não remensurar seus ativos Imobilizado e Intangível pelo valor justo justificado: (i) pelos constantes investimentos na renovação de sua Planta, acompanhando a evolução tecnológica; (ii) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia; (iii) a Companhia possui uma segregação dos ativos em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizados e intangíveis, que possibilitam a pronta identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Consequentemente, os ativos imobilizados e intangíveis foram mantidos pelo mesmo custo de aquisição de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2008.

As exceções de adoção obrigatória previstas no IFRS 1 (CPC 37R, CPC 43R1) não são aplicáveis à Companhia.

Detalhamos a seguir a reconciliação do (i) patrimônio líquido consolidado em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e do (ii) resultado líquido e (iii) resultado abrangente de 31 de dezembro de 2009, bem como uma breve descrição das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2009 (BRGAAP) e as IFRS (CPC's):

#### Conciliação do Patrimônio Líquido Consolidado em 01/01/2009 e 31/12/2009

	<u>Nota 3.1.2</u>	<u>Abertura</u> <u>01/01/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Patrimônio Líquido de acordo com o BRGAAP</b>		<b>10.045.692</b>	<b>10.057.415</b>
Reconhecimento de Receitas - Receita de Habilitação	b	(89.564)	(79.383)
Imposto Diferido	e	30.451	26.990
Benefícios a Empregados (Planos de Pensão)	c	2.936	65.186
Imposto Diferido	e	(954)	(20.112)
Dividendos Adicionais Propostos	d	395.109	1.251.646
Outros		(1.440)	(1.440)
<b>Total Ajustes IFRS</b>		<b>336.538</b>	<b>1.242.887</b>
Patrimônio Líquido atribuído à controladora		10.382.230	11.300.302
Participação Minoritária		-	-
<b>Patrimônio Líquido de acordo com as IFRS</b>		<b>10.382.230</b>	<b>11.300.302</b>

#### Conciliação do Resultado Consolidado em 31/12/2009

	<u>Nota 3.1.2</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Lucro Líquido de acordo com o BRGAAP</b>		<b>2.172.973</b>
Reconhecimento de Receitas - Receita de Habilitação	b	10.180
Imposto Diferido	e	(3.461)
Benefícios a Empregados (Planos de Pensão)	c	36.724
Imposto Diferido	e	(12.327)
<b>Total Ajustes IFRS</b>		<b>31.116</b>
<b>Lucro Líquido de acordo com as IFRS</b>		<b>2.204.089</b>

## Notas Explicativas

### Conciliação do Resultado Abrangente Consolidado em 31/12/2009

	<u>Nota 3.1.2</u>	31/12/2009
<b>Lucro Líquido de acordo com o BRGAAP</b>		<b>2.172.973</b>
Ganhos (Perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda		22.251
Imposto Diferido		(7.565)
Ajuste Acumulado de Conversão - Investimentos no Exterior		(2.963)
<u>Ajustes IFRS</u>		
Ganhos (perdas) atuariais e efeito da limitação de ativos de planos superavitários	c	25.526
Imposto Diferido	e	(6.830)
<b>Total Ajustes</b>		<b>30.419</b>
Ajustes IFRS no Lucro Líquido		31.116
<b>Resultado Abrangente Consolidado de acordo com as IFRS</b>		<b>2.234.508</b>

### 3.1.2 Principais diferenças que impactaram as Demonstrações Contábeis na data de transição e em 31 de dezembro de 2009

#### a) Combinações de negócios

Em relação às transações que envolveram combinações de negócios até 31/12/2008, a Companhia optou por não aplicar retroativamente as exigências da IFRS 3(R) (CPC 15) – *Combinações de Negócios*, mantendo a mesma classificação do BRGAAP em 31 de dezembro de 2008, cujos efeitos são apresentados na balanço patrimonial consolidado no item “Ágio”. Não houve operações que envolvessem combinações de negócios em 2010 e 2009.

#### b) Reconhecimento de receitas

De acordo com o IAS 18 (CPC 30) - *Receitas*, que trata de reconhecimento de receitas, as receitas provenientes de serviços prestados devem ser reconhecidas de acordo com período de realização do serviço. No BRGAAP, a receita de habilitação gerada quando da conexão do cliente à rede era reconhecida no momento do ingresso do cliente na planta. Para fins de IFRS, a receita de habilitação é diferida e reconhecida no resultado ao longo do período estimado de duração do cliente na planta. Com essa mudança de prática contábil, em 01/01/2009 a Companhia reconheceu um passivo (receita diferida) em seu balanço patrimonial de abertura para refletir a parcela da receita de habilitação que será reconhecida nos próximos períodos.

#### c) Benefícios pós-emprego

A Companhia manteve a política contábil do BRGAAP de reconhecimento imediato de ganhos e perdas atuariais. No BRGAAP, os ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, enquanto que para fins de IFRS (IAS 19 (CPC 33)– *Benefícios a Empregados*) é permitido o reconhecimento no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Em relação aos planos de benefícios definidos que apresentam superávit atuarial, de acordo com o BRGAAP o reconhecimento do ativo poderia ser registrado apenas se fosse evidente que o superávit seria reembolsado à patrocinadora, razão pela qual o mesmo não era reconhecido devido às características do plano. Conforme as IFRS e CPC's, para os planos de benefício definido que apresentam superávit atuarial deve-se reconhecer um ativo pela patrocinadora pelo montante do superávit ou o valor correspondente às contribuições futuras da patrocinadora aos referidos planos descontadas a valor presente, dos dois o menor.

## Notas Explicativas

### d) Dividendos adicionais propostos

De acordo com a interpretação IFRIC 17 (ICPC 08) – *Distribuição de Ativos “não caixa” aos Acionistas*, deve-se reconhecer um passivo de dividendo somente quando houver sua efetiva deliberação pelo órgão da administração competente. De acordo com o BRGAAP, o lucro do exercício ainda não aprovado pelos órgãos da administração deveria ser reconhecido como um passivo. Conforme as IFRS e CPC’s, o dividendo proposto acima do mínimo obrigatório que será submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas deverá permanecer no patrimônio líquido em conta específica (dividendo adicional proposto) até a efetiva deliberação.

### e) Tributos sobre a renda

Sobre os ajustes mencionados anteriormente foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável.

### f) Reclassificações

Existem outros critérios contábeis adotados para fins de IFRS que divergem daqueles aplicados no Brasil, porém não afetam o patrimônio líquido, somente a apresentação do balanço patrimonial. Os ajustes realizados referem-se a:

- Reclassificações dos depósitos judiciais vinculados a passivos (provisões) - No BRGAAP, os saldos passivos e provisões eram apresentados líquidos dos correspondentes depósitos judiciais. Para fins de IFRS e CPC’s, esse tipo de compensação não é permitida, portanto, os depósitos judiciais devem permanecer no ativo;
- Reclassificações do imposto de renda e contribuição social diferidos – no BRGAAP, havia a necessidade de segregação no balanço patrimonial dos saldos de tributos diferidos entre circulante e não circulante. Para fins de IFRS e CPC’s, os saldos de IR e CS diferidos, ativo e passivo, devem ser registrados como não circulante.

## 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. **Contas a receber de serviços, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas ajustado pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
- b. **Materiais de estoques:** estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda, neste último, principalmente os equipamentos tratados como arrendamento mercantil financeiro (ver nota 4.f).
- c. **Investimentos:** as participações societárias em controladas, controladas em conjunto, coligadas e os investimentos em coligadas sobre as quais é exercida influencia significativa, estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente, e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional. A data base para equivalência patrimonial e consolidação é 31 de

## Notas Explicativas

dezembro de cada exercício. Segue adiante a relação de controladas para os exercícios de 2010 e 2009:

Controladas	2010	2009
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefonica Data S.A.	100%	100%
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	100%	100%
Aliança Atlântica Holding B.V. (*)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (*)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (*)	50%	50%

(\*) Controladas em conjunto

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da controlada em conjunto Aliança Atlântica são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em Ajuste Acumulado de Conversão.

- d. Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente (ver nota 12 – Imobilizado).

- e. Intangível (incluindo o ágio):** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Ágios gerados até 31 de dezembro de 2008 na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida. Como forma de validar a inexistência de perdas por este conceito, a Companhia avalia o valor recuperável da unidade geradora de caixa correspondente ao ágio.

- f. Arrendamento mercantil:** os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob

## Notas Explicativas

a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a controlada A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Posto Informático), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida ao Contas a Receber. Como arrendatária em contratos classificados como arrendamento financeiro, a Companhia registra um ativo imobilizado no início do período de arrendamento, classificado de acordo com sua natureza, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato em contrapartida a Outras Obrigações. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

- g. Análise de recuperabilidade dos ativos:** a Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado, ágios e intangível) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou anualmente para os ágios conforme requerido, é estimado o valor recuperável, como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso, são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso corresponda, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- h. Instrumentos Financeiros e caixa e equivalentes de caixa:**

### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### ***(i) Caixa e equivalentes de caixa***

Contemplam valores em espécie, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas de contratação com liquidez imediata.

#### ***(ii) Ativos Financeiros***

##### Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A

## Notas Explicativas

Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

#### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado, se e quando aplicáveis.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

## Notas Explicativas

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

### Baixas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

### ***(iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros***

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o

## Notas Explicativas

valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

### Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

### **(iv) Passivos financeiros**

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

## Notas Explicativas

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### Baixas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **(v) Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(vi) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## **i. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”):**

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia foram classificados como *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição

## Notas Explicativas

às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

*Hedges* de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

### Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

- j. **Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança.

As provisões estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, cíveis e tributárias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

- k. **Planos de benefícios pós-emprego:** a Companhia patrocina individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados

## Notas Explicativas

adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes.

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido, menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado a soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

- I. Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- m. Reconhecimento das receitas:** as receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Programa

## Notas Explicativas

de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Impostos sobre Serviços – ISS.

- n. Saldos e transações em moeda estrangeira:** a moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.
- o. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de impostos correntes e diferidos.

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do período em curso e de períodos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou a pagar às autoridades tributárias. As taxas fiscais e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigorando na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

O valor dos impostos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Na data do balanço os ativos por impostos diferidos são registrados na medida em que for provável sua realização com base em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

- p. Taxa de renovação do contrato de concessão:** valor a ser pago em cada ano ímpar durante a vigência do contrato de concessão equivale a 2% da receita líquida do ano anterior gerada pelos serviços do STFC previstos em contrato. A despesa correspondente é reconhecida proporcionalmente durante cada biênio (nota 23).
- q. Estimativas contábeis:** a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

## Notas Explicativas

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 31.

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

### Benefícios Pós-Emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 30.

### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

## Notas Explicativas

### Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### r. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e suas controladas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

#### 4.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E INTERPRETAÇÕES EMITIDOS PELO IASB

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB foram publicados, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2010:

<i>Novas Normas</i>		<i>Aplicação obrigatória: para exercícios iniciados a partir de</i>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2013
IAS 24 Revisada	Partes Relacionadas: Divulgação	1º de janeiro de 2011
<i>Emendas às Normas existentes</i>		
Emenda ao IAS 32 - Instrumentos Financeiros : Apresentação	Classificação de emissões de direitos sobre ações	1º de fevereiro de 2010
Emendas ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Transferência de Ativos Financeiros	1º de janeiro de 2013
<i>Novas Interpretações</i>		
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com instrumentos de patrimônio	1º de julho de 2010

**Notas Explicativas**

Emenda a IFRIC 14	Pagamentos antecipados quando há obrigação de se manter um nível mínimo de financiamento	1º de janeiro de 2011
-------------------	--	-----------------------

A Companhia está analisando os impactos decorrentes à aplicação dessas normas, emendas e interpretações. Baseando-se em análises preliminares, a Companhia não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis consolidadas na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e contas bancárias	4.257	4.481	12.885	8.930	10.120	31.993
Aplicações financeiras	1.084.832	1.993.232	1.584.721	1.547.785	2.266.896	1.709.013
<b>Total</b>	<b>1.089.089</b>	<b>1.997.713</b>	<b>1.597.606</b>	<b>1.556.715</b>	<b>2.277.016</b>	<b>1.741.006</b>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

**6. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Valores faturados	1.766.551	2.166.538	2.269.588	2.042.760	2.622.613	2.608.012
Valores a faturar	1.196.912	1.223.796	1.233.242	1.336.441	1.266.049	1.374.080
Contas a receber bruto	2.963.463	3.390.334	3.502.830	3.379.201	3.888.662	3.982.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(607.450)	(671.460)	(649.282)	(765.633)	(833.639)	(767.698)
<b>Total</b>	<b>2.356.013</b>	<b>2.718.874</b>	<b>2.853.548</b>	<b>2.613.568</b>	<b>3.055.023</b>	<b>3.214.394</b>
A vencer	1.789.232	1.831.094	1.888.812	2.147.380	2.245.950	2.248.736
Vencidas – 01 a 30 dias	379.011	590.492	508.523	403.738	597.410	530.238
Vencidas – 31 a 60 dias	97.502	129.866	197.231	101.943	130.331	195.213
Vencidas – 61 a 90 dias	45.115	60.129	111.791	49.404	66.949	113.101
Vencidas – 91 a 120 dias	41.008	51.901	110.594	44.018	56.299	110.720
Vencidas – mais de 120 dias	611.595	726.852	685.879	721.492	849.229	784.084
<b>Total</b>	<b>2.963.463</b>	<b>3.390.334</b>	<b>3.502.830</b>	<b>3.467.975</b>	<b>3.946.168</b>	<b>3.982.092</b>
Circulante	2.356.013	2.718.874	2.853.548	2.546.225	2.988.798	3.152.831
Não circulante	-	-	-	67.343	66.225	61.563

**Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	(671.460)	(649.282)	(833.639)	(767.698)
Provisão debitada à despesas de comercialização de serviços (Nota 23)	(327.302)	(426.387)	(386.340)	(564.580)
Baixas	391.312	404.209	454.346	498.639
<b>Saldo final</b>	<b>(607.450)</b>	<b>(671.460)</b>	<b>(765.633)</b>	<b>(833.639)</b>

## Notas Explicativas

A controlada A.Telecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 como “Arrendamento Mercantil Financeiro” (nota 4.f).

O saldo consolidado do contas a receber de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 contempla os seguintes efeitos:

	2010	2009	01/01/2009
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	112.352	125.234	139.214
Receita financeira não realizada	23.213	21.231	20.154
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber no final do exercício	135.565	146.465	159.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.102)	(22.576)	(26.159)
Total dos valores a receber líquidos	<u>117.463</u>	<u>123.889</u>	<u>133.209</u>
Circulante	45.009	59.009	77.651
Não circulante	<u>67.343</u>	<u>66.225</u>	<u>61.563</u>

### Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	45.009	45.009
A vencer até cinco anos	90.556	67.343
Total	<u>135.565</u>	<u>112.352</u>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

## 7. MATERIAIS DE ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Materiais para consumo	73.584	117.246	128.948	74.682	118.030	129.600
Materiais para revenda (*)	46.632	57.747	57.192	92.461	97.524	106.734
Outros estoques	7.806	8.810	13.622	10.052	8.810	13.622
Ajuste a valor de realização e provisão para obsolescência	(92.920)	(70.237)	(85.027)	(99.696)	(75.928)	(85.546)
Total circulante	<u>35.102</u>	<u>113.566</u>	<u>114.735</u>	<u>77.499</u>	<u>148.436</u>	<u>164.410</u>

(\*) Contempla, entre outros, estoque de equipamentos de informática.

A provisão sobre os itens de estoques leva em consideração análises tempestivas realizadas pela Companhia.

**Notas Explicativas****8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR****8.1 Tributos a recuperar**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Impostos e contribuições retidos na fonte	70.558	71.120	63.170	91.185	92.019	77.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.422	26.951	10.539	27.088	35.021	36.755
ICMS (*)	397.745	387.701	298.410	534.323	476.523	357.897
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	313.177	222.042	98.295	313.177	222.042	98.295
Outros	6.509	7.956	2.693	20.261	30.971	14.128
<b>Total</b>	<b>801.411</b>	<b>715.770</b>	<b>473.107</b>	<b>986.034</b>	<b>856.576</b>	<b>584.445</b>
Circulante	480.691	579.980	343.710	659.357	712.663	448.217
Não circulante	320.720	135.790	129.397	326.677	143.913	136.228

(\*) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

**8.2 Tributos diferidos**

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2010.

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>Ativo diferido</b>						
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas	-	-	-	2.325	1.716	5.091
Provisões para ações trabalhistas, tributárias e cíveis	302.607	315.977	340.850	302.607	315.977	340.850
Planos de benefícios pós-emprego	74.460	65.255	50.581	74.460	65.255	50.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.194	95.057	94.691	100.194	95.057	94.691
Provisão Fust	73.251	58.069	42.370	73.251	58.069	42.370
Provisão para perda de modens	46.318	46.224	57.600	46.318	46.224	57.600
Participação nos resultados	38.730	15.997	24.325	38.730	15.997	24.325
Provisão para ajuste de realização dos estoques	31.593	23.880	28.909	31.593	23.880	28.909
Crédito fiscal incorporado - DABR (*)	34.691	47.305	59.920	34.691	47.305	59.920
Outras provisões indedutíveis	129.798	124.094	158.907	129.798	123.489	155.557
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	180.045	134.543	122.491	180.045	135.737	125.841
	1.011.687	926.401	980.644	1.014.012	928.706	985.735
<b>Passivo diferido</b>						
Lei da Inovação	238.957	192.377	73.224	238.957	192.377	73.224
Variação cambial	25.811	25.702	-	25.811	25.702	-
Crédito fiscal incorporado (*)	136.015	59.673	-	136.015	59.673	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	109.550	86.890	58.297	109.550	86.890	58.297
	510.333	364.642	131.521	510.333	364.642	131.521
<b>Total não circulante</b>	<b>501.354</b>	<b>561.759</b>	<b>849.123</b>	<b>503.679</b>	<b>564.064</b>	<b>854.214</b>

(\*)Referem-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

**Notas Explicativas**

A Companhia prevê a realização dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2010, conforme demonstrado:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2011	459.356	461.681
2012	150.314	150.314
2013	170.649	170.649
2014	77.271	77.271
2015	69.785	69.785
2016 em diante	84.312	84.312
Total	<u>1.011.687</u>	<u>1.014.012</u>

Os valores de recuperação acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que correspondem a R\$123.597 e R\$83.777 (R\$106.166 e R\$109.670 em dezembro de 2009), respectivamente, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos pelas controladas em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não haver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

**Movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado			
	<u>Saldo em 31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>
Prejuízo fiscal	1.716	609	-	2.325
Outros ativos diferidos	926.990	111.175	(26.478)	1.011.687
Total	<u>928.706</u>	<u>111.784</u>	<u>(26.478)</u>	<u>1.014.012</u>

	Consolidado			
	<u>Saldo em 01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2009</u>
Prejuízo fiscal	5.091	-	(3.375)	1.716
Outros ativos diferidos	980.644	15.039	(68.693)	926.990
Total	<u>985.735</u>	<u>15.039</u>	<u>(72.068)</u>	<u>928.706</u>

**Movimentação do passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado				
	<u>Saldo em 31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>
Passivo diferido	364.642	207.869	(3.669)	(58.509)	510.333
Total	<u>364.642</u>	<u>207.869</u>	<u>(3.669)</u>	<u>(58.509)</u>	<u>510.333</u>

**Notas Explicativas**

	Consolidado				Saldo em 31/12/2009
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Outros resultados abrangentes	
Passivo diferido	131.521	222.096	(3.370)	14.395	364.642
<b>Total</b>	<b>131.521</b>	<b>222.096</b>	<b>(3.370)</b>	<b>14.395</b>	<b>364.642</b>

**9. OUTROS ATIVOS**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos	51.972	44.734	24.497	53.704	46.466	41.774
Despesas pagas antecipadamente	40.623	43.997	34.216	41.372	45.420	34.758
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	208.696	173.625	187.392	95.452	120.257	130.426
Superávit plano de pensão (nota 4.k)	-	-	2.807	-	-	2.936
Outros ativos	112.471	140.918	52.913	116.959	143.249	66.362
<b>Total circulante</b>	<b>413.762</b>	<b>403.274</b>	<b>301.825</b>	<b>307.487</b>	<b>355.392</b>	<b>276.256</b>
Despesas pagas antecipadamente	24.647	35.638	31.941	24.647	35.639	31.941
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	-	56.700	61.151	62.526
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	12.884	12.005	11.289	12.884	12.005	11.289
Superávit plano de pensão (nota 4.k)	26.561	59.149	-	27.171	65.186	-
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	33.847	40.868	40.980	16.943	23.541	22.864
Outros ativos	36.406	42.761	25.153	40.110	46.900	27.692
<b>Total não circulante</b>	<b>134.345</b>	<b>190.421</b>	<b>109.363</b>	<b>178.455</b>	<b>244.422</b>	<b>156.312</b>

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado				
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	Totais
Saldos em 01/01/2009	298.859	523.975	274.770	44.924	1.142.528
Ingressos	77.026	39.423	55.285	79.850	251.584
Baixas/reversões	(9.140)	(112.570)	(9.588)	-	(131.298)
Atualização monetária	13.213	30.712	28.601	-	72.526
Transferências	56.195	124	28.233	(84.552)	-
<b>Saldos em não circulante em 31/12/2009</b>	<b>436.153</b>	<b>481.664</b>	<b>377.301</b>	<b>40.222</b>	<b>1.335.340</b>
Ingressos	104.480	33.840	117.414	75.441	331.175
Baixas/reversões	(11.980)	-	(17.839)	-	(29.819)
Atualização monetária	14.355	30.920	28.712	-	73.987
Transferências	12.314	(37)	23.299	(35.576)	-
<b>Saldos em não circulante em 31/12/2010</b>	<b>555.322</b>	<b>546.387</b>	<b>528.887</b>	<b>80.087</b>	<b>1.710.683</b>

**Notas Explicativas**

Ver nota 19 - Provisões para maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

**11. INVESTIMENTOS**

	2009	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte de capital	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	2010
Participações em controladas (I)	1.232.119	(191.936)	205.694	(15.747)	(21.848)	-	1.208.282
Aliança Atlântica Holding B.V.	66.461	13.100	-	(3.575)	(15.738)	-	60.248
A. Telecom S.A.	648.016	(34.409)	-	-	(673)	-	612.934
Companhia AIX de Participações	66.009	9.269	5.794	(12.172)	-	-	68.900
Companhia ACT de Participações	3	3	-	-	-	-	6
Telefonica Data S.A.	178.696	(129.635)	162.800	-	(5.437)	-	206.424
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	272.934	(50.264)	37.100	-	-	-	259.770
Ágios(I)	1.064.643	-	-	-	-	-	1.064.643
Participações em coligadas(I) (II)	55.101	2.889	3.557	(3.557)	-	-	57.990
GTR Participações e Empreendimentos S.A	2.121	(66)	60	(60)	-	-	2.055
Lemontree Participações S.A.	14.292	2.755	1.029	(1.029)	-	-	17.047
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	31.844	548	2.336	(2.336)	-	-	32.392
TVA Sul Paraná S.A.	6.844	(348)	132	(132)	-	-	6.496
Outras participações (*) (I) (II)	223.668	-	-	-	(108.648)	(75.362)	39.658
Portugal Telecom – partic. direta	170.777	-	-	-	(95.415)	(75.362)	-
Zon Multimídia – partic. direta	13.049	-	-	-	(4.013)	-	9.036
Outros investimentos	39.842	-	-	-	(9.220)	-	30.622
Total de investimentos controladora (I)	2.575.531	(189.047)	209.251	(19.304)	(130.496)	(75.362)	2.370.573
Outras participações(*) (II)	61.530	-	-	-	(15.705)	(42.636)	3.189
Portugal Telecom – partic. indireta	56.925	-	-	-	(14.289)	(42.636)	-
Zon Multimídia – partic. indireta	4.605	-	-	-	(1.416)	-	3.189
Total de investimentos consolidado(II)	340.299	2.889	3.557	(3.557)	(124.353)	(117.998)	100.837

(\*) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

**Notas Explicativas**

	2008	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte de capital	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Cisão parcial	2009
Participações em controladas (I)	1.109.643	(161.692)	382.700	(7.825)	8.432	(99.139)	1.232.119
Aliança Atlântica Holding B.V.	64.144	3.809	-	(4.486)	2.994	-	66.461
A. Telecom S.A.	610.820	(4.502)	140.200	-	637	(99.139)	648.016
Companhia AIX de Participações	58.895	17.937	(7.500)	(3.323)	-	-	66.009
Companhia ACT de Participações	16	3	-	(16)	-	-	3
Telefonica Data S.A.	206.523	(132.628)	100.000	-	4.801	-	178.696
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	169.245	(46.311)	150.000	-	-	-	272.934
Ágios (I)	1.064.643	-	-	-	-	-	1.064.643
Participações em coligadas(II)	36.313	18.788	-	-	-	-	55.101
GTR Participações e Empreendimentos S.A	1.476	645	-	-	-	-	2.121
Lemontree Participações S.A.	9.608	4.684	-	-	-	-	14.292
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	21.215	10.629	-	-	-	-	31.844
TVA Sul Paraná S.A.	4.014	2.830	-	-	-	-	6.844
Outras participações (*) (I) (II)	207.814	-	-	-	15.854	-	223.668
Portugal Telecom – partic. direta	157.823	-	-	-	12.954	-	170.777
Zon Multimédia – partic. direta	14.436	-	-	-	(1.387)	-	13.049
Outros investimentos	35.555	-	-	-	4.287	-	39.842
Total de investimentos controladora (I)	2.418.413	(142.904)	382.700	(7.825)	24.286	(99.139)	2.575.531
Outras participações (*) (II)	57.703	-	-	-	3.827	-	61.530
Portugal Telecom – partic. indireta	52.608	-	-	-	4.317	-	56.925
Zon Multimédia – partic. indireta	5.095	-	-	-	(490)	-	4.605
Total de investimentos consolidado(II)	301.830	18.788	-	-	19.681	-	340.299

(\*) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

A Companhia vendeu a participação consolidada que possuía na empresa Portugal Telecom em 21 de junho de 2010, que gerou os seguintes efeitos:

	Controladora	Consolidado
Valor da venda	153.880	205.149
Custo de aquisição	(75.362)	(117.998)
Resultado líquido da venda	<u>78.518</u>	<u>87.151</u>

**Controladas consolidadas proporcionalmente**

O Grupo tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais

**Notas Explicativas**

são consolidadas proporcionalmente. A natureza de cada operação está detalhada na nota (1.d).

A proporção correspondente a Telesp dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e para os exercícios findos nessas datas, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão abaixo:

	2010			2009			01/01/2009		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	7	4.820	57.456	4	7.115	5.377	16	7.462	6.470
Ativo não circulante	-	72.146	3.189	-	77.091	61.531	-	82.742	57.703
Passivo circulante	1	5.727	397	-	6.336	447	-	2.228	30
Passivo não circulante	-	2.339	-	-	11.862	-	-	29.080	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>6</b>	<b>68.900</b>	<b>60.248</b>	<b>4</b>	<b>66.008</b>	<b>66.461</b>	<b>16</b>	<b>58.896</b>	<b>64.143</b>
Receitas	27	31.254	13.200	26	31.520	3.994	30	30.871	5.283
Despesas	(24)	(21.985)	(99)	(23)	(13.583)	(185)	(27)	(28.032)	(98)
Lucro Líquido do exercício	<b>3</b>	<b>9.269</b>	<b>13.101</b>	<b>3</b>	<b>17.937</b>	<b>3.809</b>	<b>3</b>	<b>2.839</b>	<b>5.185</b>

As principais informações das coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são:

Coligadas	Ativo Total	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	Total de partic.	Capital votante
GTR Participações e Empreendimentos S.A	3.342	154	3.188	(66)	66,67%	0,0%
Lemontree Participações S.A.	25.837	269	25.568	2.755	66,67%	0,0%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	163.586	109.554	54.032	548	59,95%	19,9%
TVA Sul Paraná S.A.	42.126	33.407	8.719	(348)	74,50%	49,0%

**12. IMOBILIZADO LÍQUIDO**

	Controladora						
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Equipamentos de comutação	10,00	1.036.035	115.233	91	295.672	(215.576)	1.231.455
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.314.783	339.370	(4.189)	391.203	(368.252)	3.672.915
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	968.498	466.104	(3.843)	928	(426.138)	1.005.549
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	2.961.235	64.042	(40.405)	92.716	(282.859)	2.794.729
Outros	10,00 a 20,00	198.538	58.839	(658)	5.649	(67.578)	194.790
Provisões para perda		-	(669)	-	(25.395)	-	(26.064)
Bens e instalações em andamento		502.520	972.440	(11.625)	(760.750)	-	702.585
<b>Total</b>		<b>8.981.609</b>	<b>2.015.359</b>	<b>(60.629)</b>	<b>23</b>	<b>(1.360.403)</b>	<b>9.575.959</b>

Taxa média anual de depreciação %

10,47

7,45

**Notas Explicativas**

	Controladora							Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Cisão	Transferên- cias	Depreciação	
Equipamentos de comutação	12,50	1.026.537	34.650	-	-	313.200	(338.352)	1.036.035
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.391.366	269.013	(6.987)	-	545.520	(884.129)	3.314.783
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	847.968	435.743	(901)	99.142	1.460	(414.914)	968.498
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	3.122.873	20.719	(11.082)	-	100.981	(272.256)	2.961.235
Outros	10,00 a 20,00	180.263	65.100	(423)	-	14.455	(60.857)	198.538
Bens e instalações em andamento		546.232	994.006	(6.290)	-	(1.031.428)	-	502.520
<b>Total</b>		<b>9.115.239</b>	<b>1.819.231</b>	<b>(25.683)</b>	<b>99.142</b>	<b>(55.812)</b>	<b>(1.970.508)</b>	<b>8.981.609</b>

Taxa média anual de depreciação % 10,27 10,47

	Consolidado						Saldo em 31/12/2010
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.038.595	115.444	91	295.996	(216.045)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.354.458	339.740	(4.188)	391.947	(372.791)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.183.554	575.672	(4.121)	79.378	(560.446)	1.274.037
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	2.990.801	71.235	(40.405)	96.139	(306.265)	2.811.505
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	327.898	17.066	(261)	(82.586)	(74.774)	187.343
Outros	10,00 a 20,00	225.996	64.325	(1.299)	5.729	(76.282)	218.469
Provisões para perda (a)		(15.985)	7	-	(25.395)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento		566.820	1.013.334	(12.170)	(760.515)	-	807.469
<b>Total</b>		<b>9.672.137</b>	<b>2.196.823</b>	<b>(62.353)</b>	<b>693</b>	<b>(1.606.603)</b>	<b>10.200.697</b>

Taxa média anual de depreciação % 10,85 8,01

	Consolidado						Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	
Equipamentos de comutação	12,50	1.027.604	36.385	-	313.200	(338.594)	1.038.595
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 12,50	3.427.727	278.516	(7.472)	545.531	(889.844)	3.354.458
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.087.823	619.115	3.955	(55.934)	(471.405)	1.183.554
Infra-estrutura	4,00 a 12,50	3.161.459	22.576	(11.081)	100.980	(283.133)	2.990.801
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	359.373	51.598	(16.600)	53.188	(119.661)	327.898
Outros	10,00 a 20,00	187.679	73.994	(634)	45.050	(80.093)	225.996
Provisões para perda (a)		(11.807)	(4.178)	-	-	-	(15.985)
Bens e instalações em andamento		629.075	1.003.307	(6.427)	(1.059.135)	-	566.820
<b>Total</b>		<b>9.868.933</b>	<b>2.081.313</b>	<b>(38.259)</b>	<b>(57.120)</b>	<b>(2.182.730)</b>	<b>9.672.137</b>

Taxa média anual de depreciação % 10,64 10,85

(a) A Companhia e suas subsidiárias reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

**Notas Explicativas**

Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681	(10.561.600)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768	(15.413.602)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349	(3.503.312)	1.274.037
Infra-estrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774	(5.666.269)	2.811.505
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921	(427.578)	187.343
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962	(1.211.493)	218.469
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469	-	807.469
<b>Total</b>	<b>45.410.024</b>	<b>(35.834.065)</b>	<b>9.575.959</b>	<b>46.984.551</b>	<b>(36.783.854)</b>	<b>10.200.697</b>

2009	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.374.630	(10.338.595)	1.036.035	11.384.240	(10.345.645)	1.038.595
Equipamentos e meios de transmissão	18.380.617	(15.065.834)	3.314.783	18.433.445	(15.078.987)	3.354.458
Equipamentos terminais/Modem	3.756.412	(2.787.914)	968.498	4.046.748	(2.863.194)	1.183.554
Infra-estrutura	8.301.408	(5.340.173)	2.961.235	8.399.611	(5.408.810)	2.990.801
Materiais e equipamentos de televisão	-	(1.072.458)	-	801.479	(473.581)	327.898
Outros	1.270.996	-	198.538	1.367.476	(1.141.480)	225.996
Provisões para perda	-	-	-	(15.985)	-	(15.985)
Bens e instalações em andamento	502.520	-	502.520	566.820	-	566.820
<b>Total</b>	<b>43.586.583</b>	<b>(34.604.974)</b>	<b>8.981.609</b>	<b>44.983.834</b>	<b>(35.311.697)</b>	<b>9.672.137</b>

As principais aquisições no ano de 2010 foram:

- Equipamentos terminais/Modem: principalmente modems e equipamentos de terminais de grande público.
- Equipamentos e meios de transmissão: destacamos as aquisições de cabos aéreos e equipamentos de transmissão plesiócrons.
- Equipamentos de comutação: principalmente equipamentos de comutação digital de pacotes – rede IP.
- Outros: aquisições principalmente de equipamentos de informática.

#### Revisão da vida útil dos itens do Ativo Imobilizado

Durante o 1º semestre de 2010 a Companhia identificou a necessidade de adoção de novos prazos de vida útil para determinadas categorias de ativos. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma

**Notas Explicativas**

prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010. Esse movimento representou tanto um alargamento quanto uma diminuição, dependendo do caso, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de depreciação de R\$399.599 para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**13. INTANGÍVEL LÍQUIDO**

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ágios	1.064.792	1.064.792	1.064.792
Outros intangíveis	665.682	728.676	858.798
	<u>1.730.474</u>	<u>1.793.468</u>	<u>1.923.590</u>

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

Ágios	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	149	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058	212.058	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693	780.693
	<u>1.064.792</u>	<u>1.064.792</u>	<u>1.064.792</u>

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytreet) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

	Controladora						Saldo em 31/12/2010
	Taxa anual amort. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Softwares	20,00	653.005	227.138	-	(21)	(272.334)	607.788
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	(7.256)	14.512
Outros	10,00 a 20,00	18.267	-	-	-	(13.778)	4.489
<b>Total</b>		<u>693.040</u>	<u>227.138</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>(293.368)</u>	<u>626.789</u>
Taxa média anual de amortização %		19,80					19,96

	Controladora						Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual amort. %	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Softwares	20,00	755.304	128.415	-	55.097	(285.811)	653.005
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	29.024	-	-	-	(7.256)	21.768
Outros	10,00 a 20,00	34.663	1.000	-	715	(18.111)	18.267
<b>Total</b>		<u>818.991</u>	<u>129.415</u>	<u>-</u>	<u>55.812</u>	<u>(311.178)</u>	<u>693.040</u>
Taxa média anual de amortização %		19,93					19,80

**Notas Explicativas**

	Consolidado						Saldo em 31/12/2010
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	
Softwares	20,00	682.776	239.986	-	(159)	(283.628)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	(7.256)	14.512
Outros	10,00 a 20,00	24.132	4.604	-	(534)	(16.007)	12.195
<b>Total</b>		<b>728.676</b>	<b>244.590</b>	<b>-</b>	<b>(693)</b>	<b>(306.891)</b>	<b>665.682</b>
Taxa média anual de amortização %		19,78					19,89

As aquisições em softwares devem-se principalmente a software distribuído dentre eles o software ATIS.

	Consolidado						Saldo em 31/12/2009
	Taxa anual amort.%	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	
Softwares	20,00	789.028	134.160	-	56.959	(297.370)	682.777
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	29.024	-	-	-	(7.256)	21.768
Outros	10,00 a 20,00	40.746	1.343	-	161	(18.119)	24.131
<b>Total</b>		<b>858.798</b>	<b>135.503</b>	<b>-</b>	<b>57.120</b>	<b>(322.745)</b>	<b>728.676</b>
Taxa média anual de amortização %		19,97					19,78

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
2010						
Softwares	2.760.912	(2.153.124)	607.788	2.953.275	(2.314.300)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(58.049)	14.512	72.561	(58.049)	14.512
Outros	186.278	(181.789)	4.489	201.621	(189.426)	12.195
<b>Total</b>	<b>3.019.751</b>	<b>(2.392.962)</b>	<b>626.789</b>	<b>3.227.457</b>	<b>(2.561.775)</b>	<b>665.682</b>
2009						
Softwares	2.533.258	(1.880.253)	653.005	2.712.773	(2.029.997)	682.776
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(50.793)	21.768	72.561	(50.793)	21.768
Outros	186.278	(168.011)	18.267	197.587	(173.455)	24.132
<b>Total</b>	<b>2.792.097</b>	<b>(2.099.057)</b>	<b>693.040</b>	<b>2.982.921</b>	<b>(2.254.245)</b>	<b>728.676</b>

**Notas Explicativas****14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Salários e honorários	24.082	19.397	18.250	25.583	20.701	19.723
Encargos e benefícios sociais	97.752	75.844	78.467	101.021	80.714	84.728
Participação de empregados nos resultados	103.243	38.314	65.269	105.841	40.770	68.835
Outras indenizações	74.800	-	1.386	74.800	-	1.386
<b>Total</b>	<b>299.877</b>	<b>133.555</b>	<b>163.372</b>	<b>307.245</b>	<b>142.185</b>	<b>174.672</b>

**15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>Tributos sobre a renda</b>						
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	-	1.329	718	-
<b>Tributos indiretos</b>	<b>956.615</b>	<b>856.372</b>	<b>856.657</b>	<b>1.009.501</b>	<b>954.864</b>	<b>945.510</b>
ICMS	613.244	588.198	635.352	635.358	638.649	683.445
PIS e COFINS	99.201	78.357	75.285	120.430	109.083	102.023
Fust e Funttel	229.563	185.204	141.633	237.791	191.047	145.529
Outros	14.607	4.613	4.387	15.922	16.085	14.513
<b>Total</b>	<b>956.615</b>	<b>856.372</b>	<b>856.657</b>	<b>1.010.830</b>	<b>955.582</b>	<b>945.510</b>
Circulante	929.829	856.372	856.657	972.123	933.298	938.260
Não circulante	26.786	-	-	38.707	22.284	7.250

(a) Os valores de Imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	2010 (*)	2009 (*)	01/01/2009 (*)
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.715.580	1.917.521	1.708.804
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	92.842	68.628	-
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	17.304	23.006	35.425
<i>Untied Loan – JBIC</i>	JPY	Libor + 1,25%	2009	-	-	129.173
Resolução 2770	JPY	0,50% a 5,78%	2009	-	-	213.339
Resolução 2770	EUR	5,74%	2009	-	-	84.799
<b>Total controladora</b>				<b>1.825.726</b>	<b>2.009.155</b>	<b>2.171.540</b>
Resolução 2770	JPY	1,00%	2009	-	-	48.315
<b>Total consolidado</b>				<b>1.825.726</b>	<b>2.009.155</b>	<b>2.219.855</b>
Circulante				420.412	256.753	502.503
Não circulante				1.405.314	1.752.402	1.717.352

(\*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

BNDES: em 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES. A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é uma taxa referencial

## Notas Explicativas

específica, não comparável com outras taxas de prazo equivalente disponíveis no mercado. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 este instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu custo amortizado, que equivale ao valor justo do mesmo nesta data.

MÉDIOCRÉDITO: empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras SA – Telebrás e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine – Mediocredito Centrale no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a empresa dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Cronograma consolidado de vencimentos de longo prazo

Ano	Valores
2012	412.808
2013	412.544
2014	410.051
2015	169.911
Total	<u>1.405.314</u>

## 17. DEBÊNTURES

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	2010	2009	01/01/2009
Debêntures	R\$	CDI + 0,35%	2010	-	1.510.806	1.516.339
Total				<u>-</u>	<u>1.510.806</u>	<u>1.516.339</u>
Circulante				-	1.510.806	16.339
Não circulante				-	-	1.500.000

O vencimento destas debêntures ocorreria em 01 de setembro de 2010, porém em 07 de junho de 2010 foi efetuado o resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação.

## 18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	Controladora/Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Juros sobre o capital próprio	248.515	249.706	437.720
Telefônica Internacional S.A.	113.839	115.530	234.441
SP Telecomunicações Participações Ltda.	37.407	37.962	77.036
Minoritários	97.269	96.214	126.243
Dividendos	202.382	245.837	320.841
Minoritários	202.382	245.837	320.841
Total	<u>450.897</u>	<u>495.543</u>	<u>758.561</u>

## Notas Explicativas

Grande parte do saldo dos juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos minoritários refere-se a valores declarados disponíveis e ainda não reclamados.

### 19. PROVISÕES

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado - 2010			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2009	404.106	91.655	443.810	939.571
Ingressos	15.772	165	60.799	76.736
Baixas/reversões	(69.684)	(276)	(129.351)	(199.311)
Atualização monetária	16.197	1.975	70.901	89.073
Saldos em 31/12/2010	<u>366.391</u>	<u>93.519</u>	<u>446.159</u>	<u>906.069</u>
Circulante	38.642	-	201.571	240.213
Não circulante	<u>327.749</u>	<u>93.519</u>	<u>244.588</u>	<u>665.856</u>
	Consolidado - 2009			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 01/01/2009	497.132	275.692	255.433	1.028.257
Ingressos	49.725	2.678	175.592	227.995
Baixas/reversões	(183.992)	(190.507)	(28.156)	(402.655)
Atualização monetária	41.241	3.792	40.941	85.974
Saldos em 31/12/2009	<u>404.106</u>	<u>91.655</u>	<u>443.810</u>	<u>939.571</u>
Circulante	27.543	-	155.765	183.308
Não circulante	<u>376.563</u>	<u>91.655</u>	<u>288.045</u>	<u>756.263</u>

## Notas Explicativas

### 19.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido		
	2010	2009	01/01/2009
Provável	366.391	404.106	497.132
Possível	155.107	32.399	66.608
<b>Total</b>	<b>521.498</b>	<b>436.505</b>	<b>563.740</b>

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outras coisas, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade e periculosidade; extensão de plano médico, a título gratuito, aos aposentados da Companhia e, alguns procedimentos referentes à terceirização.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho cujo objeto versa sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foi atribuído valor ao grau de risco possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

### 19.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido		
	2010	2009	01/01/2009
Provável	93.519	91.655	275.692
Possível	4.102.806	3.664.280	2.864.127
<b>Total</b>	<b>4.196.325</b>	<b>3.755.935</b>	<b>3.139.819</b>

Em 31 de dezembro de 2010 esta Companhia mantém ações judiciais movidas para obter o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança das contribuições abaixo explicitadas:

#### a) CIDE

Contribuição de Intervenção sobre o domínio econômico exigida pela União Federal sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. Conservadoramente, a Companhia mantém contabilizado o montante de R\$25.891 em 31 de dezembro de 2010.

#### b) FGTS

Contribuições adicionais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço exigida pelo INSS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em

## Notas Explicativas

redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados). O valor envolvido remonta em R\$61.185. O processo encontra-se em última instância judicial. De acordo com a opinião legal de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão e depósito judicial do montante integral.

### c) Outros provisões

Existem outras contingências igualmente provisionadas relativas à compensação de Finsocial e PIS/PASEP declarados inconstitucionais e casos municipais cujos objetos são ISS, IPTU e diversas taxas municipais, no montante envolvido de R\$6.443 mil, consideradas de risco provável pela Administração da Companhia.

## Contingências Possíveis

### Âmbito Federal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações tributárias no âmbito federal, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$1.338.380. Referidas ações versam sobre:

**(a)** manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de Pedidos de Compensações formulados pela empresa; **(b)** débitos declarados e supostamente não pagos; **(c)** multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; **(d)** contribuição previdenciária sobre o pagamento de remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); **(e)** IR e contribuição sobre premiações, **(f)** IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como "royalties"; **(g)** Compensações diversas; **(h)** Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e **(i)** PIS/COFINS alargamento da base de cálculo (Lei n. 9718/98)

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

### Âmbito Estadual

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações administrativas (decorrentes de autos de infração) e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$1.989.332, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Referidas ações versam sobre:

**(a)** Prestação de serviços de facilidades e serviços complementares (Convênio 69/98) **(b)** Locação de modem Speedy; **(c)** Ligações Internacionais (DDI); **(d)** débitos declarados e supostamente não pagos; **(e)** creditamento indevido relativo a obtenção de bens destinados ao ativo fixo; **(f)** Falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; **(g)** valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; **(h)** prestação de serviço fora de São Paulo e recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; e **(i)** Co-billing.

## Notas Explicativas

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

### Âmbito Municipal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera administrativa (decorrentes de Autos de Infração) e esfera judicial, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$280.446.

Referidas ações versam sobre os seguintes objetos: **(a)** ISS; **(b)** IPTU; **(c)** Taxa de Uso do Solo; **(d)** Serviços prestados por terceiros e; **(e)** Diversas Taxas Municipais.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial

Com base na opinião dos seus consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões supra relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

### ANATEL

**FUST:** Mandado de Segurança impetrado pelas operadoras fixas para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000. Foi obtida sentença em 1ª instância parcialmente favorável e atualmente, aguarda-se decisão de 2ª instância judicial. O valor total envolvido remonta em R\$594.436. Parte deste valor R\$75.768 refere-se às diferenças apuradas de ITX e EILD em função da adoção da sistemática não-cumulativa no período retroativo (2001 a 2005) e a outra parte R\$241.110 refere-se às diferenças de ITX e EILD apuradas para o período de 2006 a atual, cujo valor foi registrado na rubrica de impostos, taxas e contribuições e está sendo depositado, mensalmente, em juízo e os demais valores envolvidos referem-se à lavratura, pela Anatel, de diversas notificações de lançamento de débito no valor de R\$277.558 para os valores em discussão no Mandado de Segurança, sendo avaliadas como de risco de perda possível.

**FUNTTEL:** Contrariando a previsão legal, a Anatel lavrou diversas Notificações de Lançamento de Débito contra a Companhia e suas controladas e subsidiárias para cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como despesas transferidas a outras operadoras (Interconexão e EILD) relativas ao período de 2001 a 2005. Os processos aguardam decisão de 1ª instancia administrativa. O valor total envolvido remonta em R\$109.967.

**FISTEL:** Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado, a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI referente a prorrogação das licenças concedidas.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que, seria aplicável o art. 9º, inciso III da Resolução nº 255 ao presente caso, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que a cobrança de TFI sobre a prorrogação das licenças

## Notas Explicativas

é indevida, Telesp S.A questiona judicialmente referida cobrança. Foi obtida sentença favorável em 1ª instância judicial e atualmente, aguarda-se decisão de 2ª instância. O valor total envolvido remonta em R\$31.355.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

### 19.3 Provisões e Contingências Cíveis

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido		
	2010	2009	01/01/2009
Provável	446.159	443.810	255.433
Possível	808.006	539.968	623.605
Total	<u>1.254.165</u>	<u>983.778</u>	<u>879.038</u>

#### Provisões cíveis

##### Relevantes

a) Em 09 de junho de 2000 a WCR do Brasil Serviços Ltda. propôs ação de cobrança pelo rito ordinário contra a Companhia, na qual pleiteia a cobrança da suposta diferença existente entre os valores auferidos pela Telesp com a utilização do “Serviço 0900” e os valores que lhe foram repassados. Em 2010 houve Recurso em Terceira Instância, sem êxito, o qual a Companhia realizou acordo em novembro de 2010. Aguardando arquivamento do processo.

b) Ações de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$21.889.

c) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante de R\$153.330.

##### Massivas

##### Relações de consumo

d) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$100.541, tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

## Notas Explicativas

### Anatel

e) Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia figurava como parte em processos administrativos perante a Anatel, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante de R\$170.399.

### Contingências possíveis

#### Relevantes

a) Plano Comunitário de Telefonia - PCT. Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$160.790. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O TJSP reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e esta aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Civil Pública proposta pela ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo contra SISTEL, a Companhia e outros, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS em 2000 que originou plano específico PBS-Telesp, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esse processo pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e depende de perícia, tendo em vista que envolve acervo cindido da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

c) O Ministério Público é autor de ações judiciais postulando a tese de que os valores cobrados com base no PIS e COFINS estão indevidamente incluídos nas tarifas de serviço de telefonia fixa e ainda demanda que os valores indevidamente cobrados deverão ser devolvidos em dobro. Há sete ações coletivas e diversas individuais com base no mesmo argumento e pedido. O Superior Tribunal de Justiça decidiu pela legalidade do repasse do PIS e da COFINS em julgamento de ação sob afetação da lei de recursos repetitivos contra concessionária de telefonia considerada leading case. Não há provisão para essas ações tendo o grau de risco de perda passado de possível para remoto.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes

## Notas Explicativas

reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total de R\$309.803, cuja análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

### Anatel

f) A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela Anatel com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial no montante de R\$337.413, consideradas pelos assessores legais com risco de perda como possível.

## 20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Retenções de terceiros	159.636	172.841	216.514	139.724	147.995	198.052
Valores a restituir a assinantes	55.888	59.191	53.602	54.666	60.020	48.525
Ônus do contrato de concessão (nota 1.c)	102.568	-	102.863	102.568	-	102.863
Receita diferida (b)	93.518	113.925	126.112	103.339	113.925	126.112
Valores a pagar – venda de frações de ações (a)	-	-	113.377	-	-	113.377
Arrendamento mercantil (c)	11.507	10.729	-	11.507	10.729	-
Dívidas com partes relacionadas (nota 28)	117.615	117.891	36.231	120.981	118.228	49.857
Outros credores	4.821	8.202	7.570	5.997	28.749	42.203
<b>Total circulante</b>	<b>545.553</b>	<b>482.779</b>	<b>656.269</b>	<b>538.782</b>	<b>479.646</b>	<b>680.989</b>
Valores a pagar – venda de frações de ações (a)	112.594	112.873	-	112.594	112.873	-
Receita diferida (b)	35.220	20.769	23.442	38.400	20.769	23.442
Arrendamento mercantil (c)	23.346	31.190	-	23.346	31.190	-
Dívidas com partes relacionadas (nota 28)	17.140	21.795	33.284	10.738	15.542	31.216
Outros credores	41.199	37.778	36.184	46.837	43.564	61.778
<b>Total não circulante</b>	<b>229.499</b>	<b>224.405</b>	<b>92.910</b>	<b>231.915</b>	<b>223.938</b>	<b>116.436</b>

(a) Valores provenientes do leilão de frações referente ao agrupamento de ações realizado em 2005 e processo de incorporação da TDBH no ano de 2006.

(b) Referem-se principalmente ao diferimento da receita de habilitação (nota 3.1.2b) e aos cartões indutivos.

(c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

**Notas Explicativas**

	2010	2009
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	42.194	53.580
Despesa financeira não realizada	(7.341)	(11.661)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	<u>34.853</u>	<u>41.919</u>
Circulante	11.507	10.729
Não circulante	<u>23.346</u>	<u>31.190</u>

**Cronograma de vencimentos:**

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.507	11.507
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	30.687	23.346
Total	<u>42.194</u>	<u>34.853</u>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

**COMPROMISSOS E GARANTIAS****Aluguéis**

A Companhia aluga equipamentos e instalações por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, sendo que os pagamentos dos aluguéis mensais são equivalentes ao período do contrato. O total de despesa de aluguel em 2010 é de R\$613.057 (R\$522.858 em 2009).

Os compromissos com aluguel referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

Ano	Valor
2011	22.300
2012	22.300
2013	18.418
2014	14.842
Total	<u>77.860</u>

**Garantias**

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia possuía propriedades dadas como garantias em processos judiciais, onde o valor dos processos era de R\$23.411 (R\$43.719 em 2009).

## Notas Explicativas

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$6.575.480. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	2010	2009	01/01/2009
Capital total em ações			
Ordinárias	168.819.870	168.819.870	168.819.870
Preferenciais	337.417.402	337.417.402	337.417.402
Total	<u>506.237.272</u>	<u>506.237.272</u>	<u>506.237.272</u>
Ações em tesouraria			
Ordinárias	(210.579)	(210.579)	(210.579)
Preferenciais	(185.213)	(185.213)	(185.213)
Total	<u>(395.792)</u>	<u>(395.792)</u>	<u>(395.792)</u>
Ações em circulação			
Ordinárias	168.609.291	168.609.291	168.609.291
Preferenciais	337.232.189	337.232.189	337.232.189
Total	<u>505.841.480</u>	<u>505.841.480</u>	<u>505.841.480</u>
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	<u>23,06</u>	<u>22,34</u>	<u>19,86</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

#### b. Reservas de Capital

##### Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

#### c. Ações em tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes do processo de incorporação da TDBH ocorrida no exercício de 2006, sendo uma parte relativa ao exercício do direito de retirada e outra correspondente ao leilão de frações

## Notas Explicativas

realizado pela Companhia. O custo médio de aquisição foi de R\$44,77. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado das ações registradas em tesouraria era de R\$16.060.

### d. Reservas de lucros

#### Reserva legal

Em conformidade ao parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, a Companhia optou por deixar de constituir a reserva legal, uma vez que o saldo da mesma somado ao saldo das reservas de capital ultrapassou 30% do capital social.

### e. Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da DABR que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

### f. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 25% do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76 serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas desde que haja valores disponíveis.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Companhias por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2010 e 2009:

	2010	2009
Dividendos Mínimos obrigatórios calculados com base no lucro líquido ajustado	<u>2.398.836</u>	<u>2.204.089</u>
Lucro Líquido do Exercício	2.398.836	2.204.089
Dividendos Mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	599.709	551.022
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:		
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	592.000	605.000
Dividendos Intermediários	196.355	470.000
Lucro disponível para distribuição	<u>1.610.481</u>	<u>1.129.089</u>
(+) JSCP / Dividendos Prescritos	134.440	153.673
(-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de impostos	42.063	(18.696)
(-) Total dos efeitos de IFRS no patrimônio líquido 2009	8.759	(8.759)
(-) Adoção inicial IFRS – balanço de abertura 01/01/2009	-	58.571
Dividendos Propostos	<u>1.694.099</u>	<u>1.251.646</u>

**Notas Explicativas**

Valores em R\$ por ação (a)	2010		2009	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Juros sobre o capital próprio - ordinárias	1,097180	0,932603	1,121274	0,953083
Juros sobre o capital próprio - preferenciais	1,206898	1,025863	1,233401	1,048391

Valores em R\$ por ação (a)	2010	
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos intermediários declarados em abril de 2010	2,319731	2,551704
Dividendos intermediários declarados em setembro de 2010	0,363913	0,400305
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,614384	0,675822
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,318219	0,350041
	<u>3,616247</u>	<u>3,977872</u>

Valores em R\$ por ação (a)	2009	
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos intermediários declarados em março de 2009	0,732276	0,805503
Dividendos intermediários declarados em maio de 2009	0,871072	0,958179
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,630137	0,693151
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,322945	0,355240
	<u>2,556430</u>	<u>2,812073</u>

(a) Não inclui montante de dividendos propostos.

O saldo de lucro do exercício em 31 de dezembro de 2010 ainda não destinado, no montante de R\$1.610.481, os dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2010 no montante de R\$134.440 e outros resultados abrangentes no montante de R\$(50.822) que totalizam o valor de R\$1.694.099, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar:

Total proposto para Deliberação 1.694.099

Valor por ação	Ordinárias	Preferenciais
Total Proposto para Deliberação – por ação	<u>3,139752</u>	<u>3,453727</u>

## Notas Explicativas

### g. Juros Sobre Capital Próprio

Por proposta da Administração, nos exercícios de 2010 e 2009 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	2010	2009
Juros sobre capital próprio bruto	592.000	605.000
Ações ordinárias	184.995	189.057
Ações preferenciais	407.005	415.943
Imposto de renda na fonte	(88.800)	(90.750)
JSCP Líquidos de imposto de renda	<u>503.200</u>	<u>514.250</u>

Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital próprio integrais, sem retenção de imposto de renda na fonte.

### h. Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 07 de abril de 2010, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2009 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2009 no montante de R\$1.251.646 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 07 de abril de 2010. A partir de 26 de abril de 2010, teve início pagamento da primeira parcela no valor de R\$800.000 e a parcela restante de R\$451.646, o pagamento teve início a partir de 13 de dezembro de 2010.

Em 29 de setembro de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração a declaração e pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$196.355, com base nos lucros existentes no balanço de 30 de junho de 2010, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2010. O pagamento destes dividendos intermediários teve início em 13 de dezembro de 2010.

Em 29 de setembro de 2010, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2010, no montante de R\$390.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$331.500 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2010. O pagamento destes juros sobre capital próprio teve início em 13 de dezembro de 2010.

Em 14 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2010, no montante de R\$202.000, com retenção de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$171.700, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de dezembro de 2010. O pagamento destes juros será iniciado até 21 de dezembro de 2011, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

**Notas Explicativas****i. Dividendos Prescritos**

Prescrevem em 03 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, os dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados pelos acionistas, conforme artigo 287, inciso II, item a da Lei 6.404 de 15/12/1976.

**22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita operacional bruta	19.958.945	19.573.190	21.358.957	21.584.363
Tributos	(5.376.984)	(5.255.830)	(5.602.813)	(5.778.408)
Receita operacional líquida	<u>14.581.961</u>	<u>14.317.360</u>	<u>15.756.144</u>	<u>15.805.955</u>

**23. COMPOSIÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Depreciação e amortização (a)	(1.653.771)	(2.281.686)	(1.913.494)	(2.505.475)
Pessoal (b)	(984.443)	(666.471)	(1.030.510)	(722.626)
Interconexão e uso de rede	(4.206.101)	(4.146.823)	(4.520.992)	(4.386.266)
Serviços de terceiros	(3.577.875)	(3.123.116)	(4.101.459)	(3.629.996)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(327.302)	(426.387)	(386.340)	(564.580)
Tributos	(240.645)	(232.454)	(251.099)	(281.960)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.c)	(102.568)	(100.470)	(102.568)	(100.470)
Outros gastos	(29.455)	(44.155)	(124.220)	(192.263)
Total	<u>(11.122.160)</u>	<u>(11.021.562)</u>	<u>(12.430.682)</u>	<u>(12.383.636)</u>
Custos	(7.874.737)	(8.221.114)	(8.792.898)	(9.091.750)
Comercialização dos serviços	(2.397.267)	(2.299.036)	(2.550.741)	(2.536.902)
Gerais e administrativas	(850.156)	(501.412)	(1.087.043)	(754.984)
Total	<u>(11.122.160)</u>	<u>(11.021.562)</u>	<u>(12.430.682)</u>	<u>(12.383.636)</u>

- (a) Conforme mencionado na nota 12, a rubrica de depreciação foi impactada pela revisão nos prazos de vida útil.
- (b) Em 2009 os gastos com pessoal foram afetados no montante de R\$158.478 pela mudança de estimativa para cálculo dos processos massivos que passaram a ser calculados com base na média histórica dos pagamentos efetuados para os processos de massa.

**Notas Explicativas****24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Multas sobre serviços de telecomunicações	92.945	121.567	92.794	115.920
Aluguel de infra-estrutura	46.398	46.577	46.398	46.578
Doações e patrocínios	(37.629)	(30.390)	(37.726)	(30.598)
Provisões cíveis, líquidas	(116.075)	(112.274)	(121.973)	(115.447)
Resultado líquido na alienação/cessão de ativos(a)	230.949	1.645	230.335	(14.375)
Resultado líquido na venda de investimentos (nota 11)	78.518	-	87.151	-
Outras despesa/receitas	17.413	179.866	(78.603)	(45.207)
<b>Total</b>	<b>312.519</b>	<b>206.991</b>	<b>218.376</b>	<b>(43.129)</b>
Outras receitas operacionais	867.383	698.635	881.184	706.289
Outras despesas operacionais	(554.864)	(491.644)	(662.808)	(749.418)
<b>Total</b>	<b>312.519</b>	<b>206.991</b>	<b>218.376</b>	<b>(43.129)</b>

(a) No 4º trimestre de 2010 a Telesp realizou uma operação de cessão do direito de exploração comercial dos espaços existentes em aproximadamente 1.085 torres de transmissão de sua propriedade, transferindo a atividade de gestão e manutenção de torres de telecomunicações para empresa (fora do grupo Telefonica) especializada na prestação destes serviços pelo valor de R\$233.421 (montante líquido do valor correspondente ao aluguel diferido dos terrenos). Considerando que houve a transferência significativa dos riscos e benefícios dessas torres, as quais permanecem de titularidade da Telesp, para propósito de atendimento das condições da concessão, a referida operação foi avaliada sob a perspectiva do IAS 17 - Arrendamento Mercantil, sendo classificada como arrendamento mercantil financeiro. O efeito líquido no resultado de 2010 está registrado no item "Outras receitas (despesas) operacionais".

Adicionalmente, a Telesp firmou um contrato de compartilhamento de infraestrutura para uso de parte das torres cedidas pelo prazo de 13 anos. A avaliação da Companhia, com base na IFRIC 4 - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil, é de que este contrato de compartilhamento se enquadra como prestação de serviço, devido que as Companhias fora do Grupo Telefonica compartilham as torres cedidas e é esperado que continuem compartilhando, conseqüentemente, o custo deste contrato de serviços é reconhecido como despesa durante o prazo contratual.

O objetivo da operação foi propiciar maior qualidade e eficiência da atividade de compartilhamento de infraestrutura destas torres e gerar uma maior eficiência operacional do serviço de telecomunicações, permitindo que a Telesp direcione seus esforços e investimentos no desenvolvimento de seu negócio principal.

**25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras	286.129	385.421	344.354	455.888
Receitas de aplicações financeiras	149.769	155.427	181.717	172.164
Ganho com operações de derivativos	18.567	52.216	18.567	65.878
Juros ativos	31.443	40.066	33.834	45.545
Variações monetárias/cambiais ativas	85.153	136.200	86.950	147.471
Outras receitas financeiras	1.197	1.512	23.286	24.830
Despesas financeiras	(455.590)	(620.898)	(465.092)	(644.680)
Juros passivos	(352.853)	(418.459)	(355.971)	(421.599)
Perdas com operações de derivativos	(20.747)	(103.027)	(20.746)	(118.061)
Despesas com operações financeiras	(69.426)	(57.696)	(73.876)	(69.380)
Variações monetárias/cambiais passivas	(12.564)	(41.716)	(14.499)	(35.640)
<b>Total</b>	<b>(169.461)</b>	<b>(235.477)</b>	<b>(120.738)</b>	<b>(188.792)</b>

## Notas Explicativas

### 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

#### Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em dezembro de 2010 e de 2009.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes de impostos	3.413.812	3.124.408	3.425.989	3.209.186
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.160.696)	(1.062.299)	(1.164.836)	(1.091.123)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(64.276)	(48.588)	982	6.387
Juros sobre capital próprio prescritos	(7.483)	(14.407)	(7.483)	(14.407)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(60.726)	(109.670)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(11.916)	(21.964)	(24.532)	(23.237)
Despesas de juros sobre capital próprio	201.280	205.700	201.280	205.700
Outros itens				
Incentivos (culturais, alimentação e transporte)	28.115	21.239	28.162	21.253
Total geral (IRPJ + CSLL)	(1.014.976)	(920.319)	(1.027.153)	(1.005.097)
Taxa efetiva	30%	29%	30%	31%
IRPJ e CSLL corrente	896.082	647.349	908.259	729.342
IRPJ e CSLL diferido	118.894	272.970	118.894	275.755
Total geral (IRPJ + CSLL)	1.014.976	920.319	1.027.153	1.005.097

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

### 27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

**Notas Explicativas**

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009:

	2010	2009
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	<u>2.398.836</u>	<u>2.204.089</u>
Ordinários	749.615	688.759
Preferenciais	1.649.221	1.515.330
Número de Ações:	<u>505.841</u>	<u>505.841</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	168.609	168.609
Média ponderada das ações preferencias em circulação durante o exercício	337.232	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	4,45	4,08
Ações preferenciais	4,89	4,49

**28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS**

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Consolidado	Atento Brasil S.A.	TWS Brasil Ltda.	Grupo Vivo	Telefônica Serviços Empresari ais do Brasil Ltda.	Telefônica S.A.	Outras	Total 2010	2009
<b>ATIVO</b>								
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.250</b>	<b>1.752</b>	<b>312.910</b>	<b>13.167</b>	<b>51</b>	<b>103.537</b>	<b>439.667</b>	<b>643.407</b>
Contas a receber de serviços	4.865	1.674	312.199	710	-	24.767	344.215	523.150
Outros ativos	3.385	78	711	12.457	51	78.770	95.452	120.257
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>134</b>	<b>427</b>	<b>1.943</b>	<b>92</b>	<b>14.347</b>	<b>16.943</b>	<b>23.541</b>
Outros ativos	-	134	427	1.943	92	14.347	16.943	23.541
<b>Total de Ativos</b>	<b>8.250</b>	<b>1.886</b>	<b>313.337</b>	<b>15.110</b>	<b>143</b>	<b>117.884</b>	<b>456.610</b>	<b>666.948</b>
<b>PASSIVO</b>								
<b>Passivo circulante</b>	<b>104.330</b>	<b>24.072</b>	<b>343.365</b>	<b>20.200</b>	<b>35.543</b>	<b>182.020</b>	<b>709.530</b>	<b>863.707</b>
Fornecedores	101.628	23.207	274.410	20.166	846	17.046	437.303	591.987
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	151.246	151.246	153.492
Outras obrigações	2.702	865	68.955	34	34.697	13.728	120.981	118.228
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>338</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>2.324</b>	<b>-</b>	<b>7.817</b>	<b>10.738</b>	<b>15.542</b>
Outras obrigações	338	259	-	2.324	-	7.817	10.738	15.542
<b>Total de Passivos</b>	<b>104.668</b>	<b>24.331</b>	<b>343.365</b>	<b>22.524</b>	<b>35.543</b>	<b>189.837</b>	<b>720.268</b>	<b>879.249</b>
<b>RESULTADO</b>								
<b>Receitas</b>	<b>30.356</b>	<b>3.837</b>	<b>419.445</b>	<b>2.261</b>	<b>1.553</b>	<b>49.332</b>	<b>506.784</b>	<b>381.307</b>
Serviços de telecomunicações	30.356	3.837	419.445	2.147	-	43.608	499.393	376.333

**Notas Explicativas**

Consolidado	Atento Brasil S.A.	TIWS Brasil Ltda.	Grupo Vivo	Telefônica Serviços Empresari ais do Brasil Ltda.	Telefônica S.A.	Outras	Total 2010	2009
Receita financeira	-	-	-	114	1.553	5.724	7.391	899
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	4.075
<b>Custos e despesas</b>	<b>(704.683)</b>	<b>(80.560)</b>	<b>(1.816.903)</b>	<b>(89.118)</b>	<b>(89.365)</b>	<b>(51.922)</b>	<b>(2.832.551)</b>	<b>(2.876.914)</b>
Custo dos serviços prestados	(309.483)	(80.560)	(1.701.361)	(39.292)	(16)	(28.839)	(2.159.551)	(2.302.228)
Comercialização dos serviços	(364.261)	-	(115.481)	(4.809)	(106)	(10.533)	(495.190)	(486.675)
Despesas gerais e administrativas	(30.939)	-	(54)	(45.017)	(89.187)	(790)	(165.987)	(83.643)
Despesas financeiras	-	-	(7)	-	(56)	(2.818)	(2.881)	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(8.942)	(8.942)	(4.368)

Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, no qual destacamos as empresas Vivo S.A., e Terra Networks Brasil S.A., principalmente por chamadas de longa distância e com a Tiws Brasil Ltda. devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea.

Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos por créditos junto à Telefônica Internacional S.A., Telefônica del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefônica Telecom Colombia, Atento Brasil S.A. e outras empresas do grupo, provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração e suporte de centros de atendimento, Vivo S.A. sobre os serviços de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), Tiws Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados, Terra Networks Brasil S.A., e serviços satelitais pela Tiws Espanha e serviço de tratamento dos sinais de TV e transmissão para satélite com Media Networks Latin. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio, logística e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.

Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica para a Telefônica Internacional S.A., SP Telecomunicações Holding Ltda. e Telefônica S.A. e reembolsos a pagar para Telefônica del Peru e Vivo S.A.

Receitas de serviços de telecomunicações compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como Speedy e longa distância nacional com a Vivo S.A., Terra Networks Brasil S.A. e Atento Brasil S.A.

Outras receitas operacionais compreendem principalmente a receita de infra-estrutura de rede locada à Vivo S.A e para a Atento Brasil S.A.

O saldo de custo dos serviços prestados refere-se principalmente a despesas de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), prestados pela Vivo S.A., serviços de administração de centros de atendimento prestado pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infra-estrutura de transmissão internacional pela Tiws Brasil Ltda..

## Notas Explicativas

O saldo de despesas com vendas refere-se principalmente a prestação de serviços mercadológicos pela Atento Brasil S.A. e comissões pagas às operadoras de telefonia móvel com a Vivo S.A.

O saldo de despesas gerais e administrativas refere-se principalmente a Atento Brasil S.A., e despesas de gerência e assistência técnica à Telefónica S.A.

### MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Carlos Valente da Silva	Presidente
José María Álvarez-Pallete López	Vice-Presidente
Mariano Sebastian de Beer	Diretor Geral de Telefonia Fixa
Gilmar Roberto Pereira Camurra	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Gustavo Fleichman	Secretário Geral
Antonio Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Conselheiro
Fernando Abril-Martorell Hernandez	Conselheiro
Fernando Xavier Ferreira	Conselheiro
Francisco Javier de Paz Mancho	Conselheiro
Guillermo José Fernandez Vidal	Conselheiro
Iñaki Urdangarin	Conselheiro
José Fernando de Almansa Moreno-Barreda	Conselheiro
Luciano Carvalho Ventura	Conselheiro
Luis Javier Bastida Ibarguen	Conselheiro
Luiz Fernando Furlan	Conselheiro
Luis Miguel Gilperez Lopez	Conselheiro
Miguel Ángel Gutiérrez Méndez	Conselheiro
Narcís Serra Serra	Conselheiro

### REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 2010 foi de aproximadamente R\$13.000 (R\$13.500 em 2009). Destes montantes, R\$9.500 (R\$8.700 em 2009) correspondem a salários e benefícios e R\$3.400 (R\$4.800 em 2009) a bônus. A Telesp também pagou aproximadamente R\$7.300 (R\$2.600 em 2009) referente ao Performance Share Plan – PSP, um plano de incentivo de longo prazo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

### 29. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

## Notas Explicativas

Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Importância Segurada
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$24.517.535
Responsabilidade civil facultativo – veículos	R\$1.000
Seguro Garantia Anatel	R\$19.996

### 30. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo <sup>(1)</sup>	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	BD	Sistel	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	TELESP	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
PBS TELESP	BD	VisãoPrev	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp
VISÃO ASSIST VISÃO TELEFÔNICA EMPRESAS	Híbrido	VisãoPrev	A .Telecom S.A.
VISÃO TELESP	Híbrido	VisãoPrev	Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar

<sup>(1)</sup> BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

A Telesp patrocina, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS Telesp, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,54% dos empregados da Companhia. A Companhia participa, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel), a custo compartilhado. As contribuições para o plano PBS Telesp são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,92% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12,42% são destinados ao custeio do plano PBS Telesp e 1,5% ao plano PAMA.

Para os demais empregados da Telesp, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, administrado pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. O Plano Visão Telesp é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telesp é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia ao

## Notas Explicativas

plano Visão Telesp são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

Durante o exercício de 2010, a Companhia efetuou contribuições ao Plano PBS Telesp no montante de R\$17 (R\$22 em 2009) e ao Plano Visão Telesp no montante de R\$24.788 (R\$22.861 em 2009).

A A.Telecom patrocina individualmente dois planos de contribuição definida: um semelhante ao da Telesp, o Plano de Benefícios Visão Assist, o qual atende cerca de 28% de seus empregados e outro, o Plano de Benefícios Visão A.Telecom, cujas contribuições básica e adicional da patrocinadora correspondem a 30% das contribuições básica e adicional dos participantes. As contribuições da A.Telecom para esses planos totalizaram R\$211 (R\$330 em dezembro de 2009).

A Telefonica Data S.A. patrocina individualmente um plano de contribuição definida semelhante ao da Companhia, o Plano de Benefícios Visão Telefônica Empresas. As contribuições para esse plano totalizaram R\$575 (R\$652 em dezembro de 2009).

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2010 e 2009, com base no cadastro dos participantes projetadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, para os planos administrados pela Sistel, pela Visão Prev e as informações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e reconhecidos imediatamente os ganhos e perdas atuariais de cada exercício. Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

O passivo atuarial registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é o seguinte:

Plano	2010	2009	01/01/2009
CTB	20.818	23.508	26.482
PAMA	198.182	168.419	122.288
<b>Totais consolidados</b>	<b>219.000</b>	<b>191.927</b>	<b>148.770</b>

### a. Conciliação dos ativos e passivos

	2010				Total
	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	
Total do passivo atuarial	20.818	272.141	94.177	31.914	419.050
Valor justo dos ativos	-	73.959	111.613	121.377	306.949
Passivo (ativo) líquido	20.818	198.182	(17.436)	(89.463)	112.101
Limitador dos ativos	-	-	17.436	62.292	79.728
Passivo líq. reconhecido no balanço	20.818	198.182	-	-	219.000
Ativo líq. reconhecido no balanço	-	-	-	27.171	27.171

**Notas Explicativas**

	2009				
	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Total do passivo atuarial	23.508	238.767	93.098	31.348	386.721
Valor justo dos ativos	-	70.348	108.062	110.828	289.238
Passivo (ativo) líquido	<u>23.508</u>	<u>168.419</u>	<u>(14.964)</u>	<u>(79.480)</u>	<u>97.481</u>
Limitador dos ativos	-	-	14.964	14.294	29.258
Passivo líquido reconhecido no balanço	23.508	168.419	-	-	191.927
Ativo líquido reconhecido no balanço	-	-	-	65.186	65.186

(i) Refere-se à participação proporcional da Telesp nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.

**b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado**

	2010				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663	3.900
Custo dos juros	2.148	23.038	8.803	2.865	36.854
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(6.489)	(11.334)	(11.970)	(29.793)
	<u>2.148</u>	<u>16.708</u>	<u>(2.453)</u>	<u>(5.442)</u>	<u>10.961</u>

	2009				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	157	135	3.368	3.660
Custo dos juros	2.503	18.973	8.935	2.736	33.147
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.064)	(9.976)	(10.381)	(27.421)
	<u>2.503</u>	<u>12.066</u>	<u>(906)</u>	<u>(4.277)</u>	<u>9.386</u>

**c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	2010				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(1.809)	13.069	(7)	(1.138)	10.115
Efeito limitador	-	-	2.472	47.998	50.470
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>(1.809)</u>	<u>13.069</u>	<u>2.465</u>	<u>46.860</u>	<u>60.585</u>

**Notas Explicativas**

	2009				
	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assis st/TData	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(2.344)	34.080	(13.453)	(8.066)	10.217
Efeito limitador	-	-	14.379	(47.168)	(32.789)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>(2.344)</u>	<u>34.080</u>	<u>926</u>	<u>(55.234)</u>	<u>(22.572)</u>

**d. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido**

	Visão Telesp/Assis t/TData				
	CTB	PAMA	PBS	t/TData	Total
Passivo (Ativo) do Plano em 01/01/2009	26.482	122.288	-	(2.936)	145.834
Despesas de 2009	2.503	12.066	(906)	(4.277)	9.386
Contribuições das empresas em 2009	(3.133)	(15)	(20)	(2.738)	(5.906)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	<u>(2.344)</u>	<u>34.080</u>	<u>926</u>	<u>(55.234)</u>	<u>(22.572)</u>
Passivo (Ativo) do Plano em 31/12/2009	23.508	168.419	-	(65.185)	126.742
Despesas de 2010	2.148	16.708	(2.453)	(5.442)	10.961
Contribuições das empresas em 2010	(3.029)	(14)	(12)	(3.404)	(6.459)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	<u>(1.809)</u>	<u>13.069</u>	<u>2.465</u>	<u>46.860</u>	<u>60.585</u>
Passivo (Ativo) do Plano em 31/12/2010	<u>20.818</u>	<u>198.182</u>	<u>-</u>	<u>(27.171)</u>	<u>191.829</u>
Ativo atuarial reconhecido no balanço	-	-	-	27.171	27.171
Passivo atuarial reconhecido no balanço	<u>20.818</u>	<u>198.182</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>219.000</u>

**e. Movimentação do passivo atuarial**

	Visão Telesp/Assist /TData				
	CTB	PAMA	PBS	/TData	Total
Passivo atuarial em 01/01/2009	26.482	190.541	91.583	28.875	337.481
Custo do serviço corrente	-	157	135	3.368	3.660
Juros sobre o passivo atuarial	2.503	18.973	8.935	2.736	33.147
Benefícios pagos no exercício	(3.133)	(7.817)	(6.341)	(552)	(17.843)
Contribuição dos participantes vertidas no ano	-	-	10	224	234
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	<u>(2.344)</u>	<u>36.913</u>	<u>(1.224)</u>	<u>(3.303)</u>	<u>30.042</u>
Passivo atuarial em 31/12/2009	<u>23.508</u>	<u>238.767</u>	<u>93.098</u>	<u>31.348</u>	<u>386.721</u>
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663	3.900
Juros sobre o passivo atuarial	2.148	23.038	8.803	2.865	36.854
Benefícios pagos no exercício	(3.029)	(9.916)	(6.665)	(585)	(20.195)
Contribuição de participantes vertidas no ano	-	-	1	302	303
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	<u>(1.809)</u>	<u>20.092</u>	<u>(1.138)</u>	<u>(5.678)</u>	<u>11.467</u>
Passivo atuarial em 31/12/2010	<u>20.818</u>	<u>272.140</u>	<u>94.177</u>	<u>31.915</u>	<u>419.050</u>

**Notas Explicativas****f. Movimentação dos ativos dos planos**

	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/Assi st/TData	Total
Valor justo dos ativos do plano em 01/01/2009	-	68.253	92.168	93.273	253.694
Benefícios pagos no exercício	(3.133)	(7.817)	(6.341)	(552)	(17.843)
Contribuições totais no exercício	3.133	15	30	2.962	6.140
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	-	7.064	9.976	10.381	27.421
Ganhos / (perdas) sobre os ativos	-	2.833	12.229	4.764	19.826
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2009	-	70.348	108.062	110.828	289.238
Benefícios pagos no exercício	(3.029)	(9.916)	(6.665)	(585)	(20.195)
Contribuições totais no exercício	3.029	14	12	3.404	6.459
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	-	6.490	11.334	11.970	29.794
Ganhos / (perdas) sobre os ativos	-	7.023	(1.131)	(4.539)	1.353
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2010	-	73.959	111.612	121.378	306.949

**g. Despesas previstas para o exercício de 2011**

	CTB	PAMA	PBS	Visão Telesp/ Assist/TData	Total
Custo do serviço corrente	-	145	17	3.960	4.122
Custo dos juros	1.978	27.400	9.283	3.051	41.712
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(7.654)	(12.529)	(6.871)	(27.054)
Total de despesas (reversões) para 2011	1.978	19.891	(3.229)	140	18.780

**h. Premissas atuariais**

2010	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão Telesp/Visão Assist/Visão T.Data	11,60%	PBS: 6,54% Visão: 7,20%	N/A	5,00%	N/A	N/A	Primeira idade com direito a um dos benefícios Primeira data na qual se torna elegível a um benefício pela Previdência Social
CTB	N/A	N/A	N/A	5,00%	N/A	N/A	
PAMA	11,07%	N/A	8,15%	N/A	4,00%	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente;	N/A

**Notas Explicativas**

						100% na elegibilidade à aposentadoria normal	
PBS-A	12,08%	N/A	N/A	5,00%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 10,25%;
- Taxa de inflação: 5,0%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

2009	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão Telesp/Visão Assist/Visão T.Data	10,84%	PBS: 6,14% Visão: 6,79%	N/A	4,60%	N/A	N/A	Primeira idade com direito a um dos benefícios Primeira data na qual se torna elegível a um benefício pela Previdência Social
CTB	N/A	N/A	N/A	4,60%	N/A	N/A	
PAMA	9,84%	N/A	7,73%	N/A	4,00%	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A
PBS-A	9,86%	N/A	N/A	4,60%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 9,83%;
- Taxa de inflação: 4,60%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT83 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

**Notas Explicativas**

## i. Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos

	2010	2009
Percentual de alocação dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	14,28%	12,49%
- Instrumentos de dívida	85,09%	87,20%
- Outros	0,63%	0,31%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>
Retorno esperado dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	15,61%	14,94%
- Instrumentos de dívida	10,82%	9,98%
- Outros	10,25%	9,83%
Total	<u>11,50%</u>	<u>10,60%</u>

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANBIMA, entre outros, conforme abaixo:

- § Ativos de renda variável: prêmio de risco estimado pelo histórico Mercer (empresa de consultoria atuarial);
- § Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelas LTN's disponíveis e portfólio do mercado de NTN-F's;
- § Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado;
- § Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;
- § Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;
- § Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- § Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

## j. Histórico dos ativos e passivos observados

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente das obrigações	419.050	386.722	337.480	257.787	230.717
Valor justo dos ativos	306.949	289.239	253.695	232.378	199.318
Déficit	112.101	97.483	83.785	25.409	31.398
Ajuste por experiências dos passivos (%)	1,29%	7,77%	11,83%	6,87%	14,11%
Ajuste por experiência dos passivos (valores)	5.397	30.043	39.929	17.709	32.557
Ajuste por experiências dos ativos (%)	(0,44%)	(6,85%)	(3,39%)	(9,65%)	(7,42%)
Ajuste por experiência dos ativos (valores)	(1.352)	(19.826)	(8.598)	(22.428)	(14.794)

## k. Calendário de benefícios a serem pagos nos próximos exercícios

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante
Planos de pensão definida	24.986	25.758	26.547	27.372	28.237	1.069.246

## Notas Explicativas

### I. Considerações relevantes sobre o Plano PAMA

O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma redução de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos é o seguinte:

a) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	3.815
Efeito no valor presente das obrigações	44.541

b) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(3.437)
Efeito no valor presente das obrigações	(36.077)

## 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2010.

	Valor Justo		Custo amortizado		Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Empréstimo s e recebíveis	Investiment os mantidos até o vencimento				
<b>Ativos Financeiros</b>								
<b><i>Circulante</i></b>								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	1.556.715	-	-	-	1.556.715	1.556.715
Operações com derivativos	166	-	-	-	-	166	166	166
<b><i>Não Circulante</i></b>								
Participações Societárias	-	42.708	-	-	42.708	-	42.708	42.708
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 9)	-	-	-	12.884	-	-	12.884	12.884
<b>Total de Ativos Financeiros</b>	<b>166</b>	<b>42.708</b>	<b>1.556.715</b>	<b>12.884</b>	<b>42.708</b>	<b>166</b>	<b>1.612.473</b>	<b>1.612.473</b>

## Notas Explicativas

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
<b>Passivos Financeiros</b>							
<b><i>Circulante</i></b>							
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	420.412	-	-	-	420.412	420.412
Operações com derivativos	696	-	9.502	-	9.502	9.502	9.502
<b><i>Não Circulante</i></b>							
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	1.405.314	-	-	-	1.405.314	1.405.314
Operações com derivativos	-	-	18.542	-	18.542	18.542	18.542
<b>Total de Passivos Financeiros</b>	<b>696</b>	<b>1.825.726</b>	<b>28.044</b>	<b>-</b>	<b>28.044</b>	<b>1.853.770</b>	<b>1.853.770</b>

## Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	% Partic.	Consolidado		
		2010	2009	01/012009
Portugal Telecom	0,91	-	227.702	210.431
Zon Multimédia	0,52	12.226	17.654	19.531
Outros investimentos		30.483	39.703	35.416
<b>Total</b>		<b>42.709</b>	<b>285.059</b>	<b>265.378</b>

## Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

### a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2010, 0,95% (0,65% em 31 de dezembro de 2009) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano). A Companhia contrata operações de derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu

## Notas Explicativas

endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$17.304 em 31 de dezembro de 2010 e R\$23.006 em 31 de dezembro de 2009).

Desta forma, a totalidade deste endividamento (31 de dezembro de 2010 e de 2009) era coberta por posições ativas de operações de hedge cambial com swap para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir do mês de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$3.380 a receber e €37.784 a receber em 31 de dezembro de 2010) para minimizar seus riscos cambiais.

### b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as pontas passivas dos derivativos (*hedges* cambiais) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2009.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$1.547.785 (R\$2.266.896 em 31 de dezembro de 2009), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI, gerando desta forma uma exposição à taxa de juros variável local (CDI). Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

### c. Risco de Aceleração de Dívidas

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um único contrato de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas pela Companhia e todos os índices econômicos e financeiros previstos no contrato vigente foram atingidos.

### d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos

## Notas Explicativas

serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Em relação ao risco de crédito da Companhia, ela representa baixo risco ao mercado com bons indicadores financeiros e operação estável, sendo classificada como *"investment grade"* por uma das mais bem conceituadas agências internacionais de *"rating"*.

### Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, conforme política corporativa de gestão de riscos. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*"hedged"*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2010, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (*"hedge accounting"*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo.

### Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor de mercado dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos (swap cambial) foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

## Notas Explicativas

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Indexador	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado em 2010	
		2010	2009	2010	2009	Valor a receber	Valor a pagar
<b>Contratos de Derivativos</b>							
<b>Ponta Ativa</b>							
<b>Moeda estrangeira (a)</b>							
BES	USD	19.608	26.351	17.306	23.010	-	-
Votorantim	USD	3.155	3.155	2.654	2.718	-	-
		16.453	23.196	14.652	20.292	-	-
<b>Taxa pós (b)</b>							
Banco do Brasil	CDI + Pré	-	1.500.000	-	1.514.243	-	-
Citibank	CDI + Pré	-	500.000	-	504.748	-	-
HSBC	CDI + Pré	-	400.000	-	403.798	-	-
Votorantim	CDI + Pré	-	400.000	-	403.798	-	-
		-	200.000	-	201.899	-	-
<b>Taxa pós</b>							
Banco do Brasil	CDI	86.954	-	86.537	-	166	-
Citibank	CDI	51.025	-	50.647	-	-	-
Citibank	CDI	22.047	-	22.048	-	-	-
HSBC	CDI	10.012	-	9.980	-	166	-
		3.870	-	3.862	-	-	-
<b>Ponta Passiva</b>							
<b>Taxa pós (a)</b>							
BES	CDI	(19.608)	(26.351)	(44.654)	(54.681)	-	(27.348)
Votorantim	CDI	(3.155)	(3.155)	(7.185)	(6.547)	-	(4.531)
		(16.453)	(23.196)	(37.469)	(48.134)	-	(22.817)
<b>Taxa pós (b)</b>							
Banco do Brasil	CDI	-	(1.500.000)	-	(1.513.670)	-	-
Citibank	CDI	-	(500.000)	-	(504.543)	-	-
HSBC	CDI	-	(400.000)	-	(403.657)	-	-
Votorantim	CDI	-	(400.000)	-	(403.649)	-	-
		-	(200.000)	-	(201.821)	-	-
<b>Moeda estrangeira</b>							
Bradesco	EUR	(86.954)	-	(87.068)	-	-	(696)
Citibank	EUR	(51.025)	-	(51.125)	-	-	(478)
Citibank	EUR	(22.047)	-	(22.253)	-	-	(205)
HSBC	USD	(10.012)	-	(9.814)	-	-	-
		(3.870)	-	(3.876)	-	-	(13)
Total reconhecido nas demonstrações						166	(28.044)

a) Swaps de moeda estrangeira (USD) x CDI (R\$17.306) – operação de swap contratada com vencimentos variados até 2014, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor de mercado da dívida financeira de R\$17.304)

b) Swap percentual do CDI x moeda estrangeira (Euro e Dólar) (R\$83.192 em Euro e R\$3.876 em Dólar) – operações de swaps contratadas com vencimentos até 31 de março de 2011, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores a receber em Euro (valor contábil de R\$84.122) e em Dólar (valor contábil de R\$5.632).

## Notas Explicativas

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2010:

Contratos de swap	Vencimento em				Valor a pagar/receber 31/12/2010
	2011	2012	2013	2014 em diante	
<b>Moeda Estrangeira x CDI</b>	<b>(8.805)</b>	<b>(7.933)</b>	<b>(7.265)</b>	<b>(3.344)</b>	<b>(27.347)</b>
BES	(4.530)	-	-	-	(4.530)
VOTORANTIM	(4.275)	(7.933)	(7.265)	(3.344)	(22.817)
<b>CDI x Moeda Estrangeira</b>	<b>(530)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(530)</b>
CITIBANK	(39)	-	-	-	(39)
BRDESCO	(478)	-	-	-	(478)
HSBC	(13)	-	-	-	(13)

Para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade apenas para o seu swap de moeda estrangeira x CDI de cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2010, as operações de derivativos geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.179 (nota 25). Em 31 de dezembro de 2010, as operações de "hedge" cambial geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.260. A Companhia liquidou em junho de 2010 suas operações de "swap" – CDI + spread x %CDI, com principal de R\$1.500.000, para cobertura do spread fixo das debêntures, que geraram resultado positivo de R\$80.

Em 31 de dezembro de 2010 temos o saldo de R\$166 registrado no ativo e o saldo de R\$28.044 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

### Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto na CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através

## Notas Explicativas

das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

### Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	17.306	21.887	26.578
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(17.304)	(21.885)	(26.577)
	Exposição Líquida	2	2	1
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco aumento EUR)	(83.192)	(104.130)	(125.125)
Ativos não Financeiros em EUR	Ativos (Risco queda EUR)	84.122	105.153	126.183
	Exposição Líquida	930	1.023	1.058
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco aumento USD)	(3.876)	(4.847)	(5.818)
Ativos Não Financeiros em USD	Ativos (Risco queda USD)	5.632	7.041	8.449
	Exposição Líquida	1.756	2.194	2.631
Hedge (Ponta Ativa CDI)	Derivativos (Risco queda CDI)	41.886	40.317	38.653
	Exposição Líquida			
Exposição líquida total em cada cenário		44.574	43.535	42.344
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(1.039)	(2.230)

### Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
USD	1,6662	2,0828	2,4993
EUR	2,2264	2,7830	3,3396
CDI	10,64%	13,30%	15,96%

## Notas Explicativas

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2010, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

\*\*\*\*\*  
Milton Shiguelo Takarada  
Contador  
CRC - 1SP138816/O-8  
\*\*\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3., as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP essas práticas diferem do IFRS, somente

no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2011.

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Hoepfers  
Contador CRC - SC021011/O-3-T-PR-S-SP

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nº 01/2011

O Conselho Fiscal da Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, em reunião realizada em 07/02/2011, cumprindo o que determina o artigo 163 da Lei nº 6404/76, tendo assistido a reunião do Conselho de Administração da Sociedade, realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compreendendo os Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixas, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas e a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2010. Com base nos exames efetuados, nas informações prestadas pela Administração e na declaração dos representantes da empresa de auditoria independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, de não haver quaisquer ressalvas com relação aos documentos e informações apresentados, o Conselho Fiscal entende que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira, individual e consolidada da Companhia, estando em conformidade com as disposições legais aplicáveis. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente e recomenda a aprovação integral, e sem ressalvas, dos referidos documentos pela Assembléia Geral de Acionistas.”

São Paulo, 07 de fevereiro de 2011.

Carlos Raimar Schoeninger  
Flavio Stamm  
Patrícia Maria de Arruda Franco

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações de São Paulo S.A – Telesp, declaram:

- (i) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010; e
- (ii) que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

São Paulo, 07 de Fevereiro de 2011.

Antonio Carlos Valente da Silva  
Presidente

Mariano Sebastian de Beer  
Diretor Geral de Telefonia Fixa

Gilmar Roberto Pereira Camurra  
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Gustavo Fleichman  
Secretário Geral

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações de São Paulo S.A – Telesp, declaram:

- (i) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010; e
- (ii) que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

São Paulo, 07 de Fevereiro de 2011.

Antonio Carlos Valente da Silva  
Presidente

Mariano Sebastian de Beer  
Diretor Geral de Telefonia Fixa

Gilmar Roberto Pereira Camurra  
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Gustavo Fleichman  
Secretário Geral